

Universidade de São Paulo  
Escola de Comunicações e Artes  
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo

Sonia Miyuki Goto

Turismo social, educação informal e não-formal nas viagens do  
SESC: um estudo de caso

São Paulo

- 2014-

Sonia Miyuki Goto

Turismo social, educação informal e não-formal nas viagens do  
SESC: um estudo de caso

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de  
Comunicações e Artes da  
Universidade de São Paulo, para a  
obtenção do título de Bacharel em  
Turismo, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> .  
Dr<sup>a</sup>. Karina Toledo Solha.

São Paulo  
-2014-

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Goto, Sonia Miyuki

Turismo social, educação informal e não-formal nas viagens do SESC: um estudo de caso / Sonia Miyuki Goto. -- São Paulo: S. Goto, 2014.

65 p.: il. + CD.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo/Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Karina Toledo Solha

Bibliografia

1. turismo social 2. educação informal 3. educação não-formal 4. SESC I. Solha, Karina Toledo II. Título.

CDD 21.ed. - 910

Sonia Miyuki Goto

Turismo social, educação informal e não-formal nas viagens do  
SESC: um estudo de caso

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de  
Comunicações e Artes da  
Universidade de São Paulo, para a  
obtenção do título de Bacharel em  
Turismo, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> .  
Dr<sup>a</sup>. Karina Toledo Solha.

Aprovada em:

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> . Dr<sup>a</sup>. Karina Toledo Solha

---

---

## Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha mãe, que sempre prezou pela minha educação, acima de tudo, e me incentivou nos estudos. Fico feliz em ter tido a oportunidade de dar orgulho a ela ao ingressar na Universidade de São Paulo e espero que ela esteja feliz, onde quer que ela esteja, por eu estar concluindo mais esta etapa na minha vida.

Agradeço à Prof<sup>a</sup> Karina, por aceitar o desafio de me orientar, ainda que com o meu tempo limitado, as diversas atividades que já tinha a realizar durante o semestre e as demais orientações que estava realizando.

Agradeço, ainda, a todos os amigos de curso, que me apoiaram, me ajudaram e se tornaram verdadeiros companheiros de vida ao longo destes anos!

E a todos aqueles que, de alguma forma, me fizeram chegar onde eu cheguei, escolher o tema que escolhi estudar e me fazerem ser o que sou hoje. Cada um que passou ou que permanece na minha vida fez a sua contribuição para que eu estivesse escrevendo estas palavras. Muito obrigada!

## Resumo

O presente trabalho visa tratar do turismo social, através do seu histórico, sua trajetória conceitual, assim como suas manifestações em sociedade, como canal para o desenvolvimento de um turismo para todos. Além disso, trata dos termos educação informal e não-formal através dos seus conceitos e formas de aprendizado, assim como a necessidade de se pensar em usá-las como alternativas e/ou complemento à educação formal, que se vê em crise e transformando os indivíduos em seres incapazes de relacionar conceitos, uma vez que na escola se estuda cada vez mais com separação de matérias. Para ilustrar e relacionar os dois conceitos [turismo social e educação informal/não-formal] será feita uma análise do trabalho de turismo social do SESC, que preza pela educação pelo turismo e para o turismo, com o cuidado de tratar cada vez mais da sustentabilidade do turismo como essencial para que se desenvolva uma sociedade cada vez mais preocupada com as pessoas.

## Abstract

This monograph aims to deal with the social tourism through its historical, its conceptual trajectory as well as its manifestations in society, as a channel for the development of a tourism for all. Moreover, the terms of informal and non-formal concepts through its ways of learning and education, as well as the need to think about using them as alternative and / or complement to formal education, which is seeing in crisis and transforming individuals unable to relate concepts, since the school is separating the subjects. To illustrate and relate the two concepts [social tourism and informal / non-formal education] an analysis of the work of SESC in the social tourism field, which values the education for tourism and through the tourism taking care to deliver an increasingly sustainability of tourism as essential to develop an increasingly worried about people as individuals.

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| Introdução .....  | 01 |
| Capítulo 1: Turismo social e as viagens .....   | 06 |
| a. Aspectos conceituais .....   | 06 |
| b. Perfil da Demanda e equipamentos .....   | 14 |
| c. Agentes .....  | 23 |
| d. Desafios .....   | 25 |
| Capítulo 2: Pedagogia, aprendizado e educação informal .....                                    | 28 |
| a. Aspectos conceituais .....   | 28 |
| b. Quando se aplica a educação não-formal e informal e suas estratégias de<br>aprendizado ..... | 32 |
| c. Desafios .....   | 36 |
| Capítulo 3: SESC: as viagens e a educação informal .....  | 40 |
| a. Trajetória .....   | 40 |
| b. Filosofia .....  | 42 |
| c. Programas / atividades / público .....   | 46 |
| Considerações Finais .....  | 51 |
| Referências .....   | 53 |
| Anexo .....   | 56 |

## Introdução

Falar de turismo social é relembrar do primeiro ano da graduação. Desde o primeiro semestre nós, os calouros, fomos apresentados ao tripé que alicerça a universidade pública: ensino, pesquisa e extensão. E ainda no primeiro semestre, tivemos contato com a questão da extensão, que era um termo novo até então no vocabulário de muitos de nós – inclusive no meu.

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex, 2000), extensão universitária é:

uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (p.5).

Assim, conhecemos o projeto de extensão Rosa dos Ventos Turismo Social, que naquele ano, 2009, contava somente com três membros do sétimo semestre de graduação, que procuravam nos calouros uma última esperança de reerguer o projeto. E foi assim que eu e mais nove colegas de turma nos unimos para reativar o projeto.

Fiz parte do projeto por cerca de dois anos, dando o acesso ao lazer a crianças assistidas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) da cidade de São Paulo. Fizemos passeios simples como ao Museu do Brinquedo na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) até passeios de dia inteiro no Parque do Ibirapuera, contando com toda a logística de transporte e programação de lazer e educação às crianças.

Participar desta vivência foi de extrema importância para que pudéssemos conhecer um pouco mais das múltiplas realidades do nosso país. É evidente que observamos estas desigualdades por todas as partes: na Avenida Paulista, carros importados passam pela calçada ao lado do morador de rua dormindo; a favela de Paraisópolis fica exatamente ao lado de apartamentos luxuosos e mansões no Morumbi.

Mas, com o Rosa dos Ventos, pudemos comprovar esta realidade bem de perto logo no primeiro passeio: ao Museu do Brinquedo. As crianças passavam por salas que mostravam a trajetória cronológica dos brinquedos com os quais crianças de diversas épocas brincaram ou ainda brincam. Depois, tiveram um tempo para desfrutar do espaço da brinquedoteca, assim como desenhar, pintar e construir brinquedos com materiais recicláveis.

Após as atividades, uma das crianças pediu para que escrevêssemos o endereço do Museu do Brinquedo num papel, para que sua mãe pudesse levá-la ali novamente; algumas crianças falavam palavras de baixo calão quando eram contrariadas; muitas das crianças não queriam parar de brincar no momento em que anunciamos o final do passeio. Foram diversas situações nas quais tivemos contato com a realidade de um passeio e questões que discutíamos na reunião semanal do projeto, tentando resolvê-los, conversando sobre o que poderia ser feito com relação a determinadas atitudes, como lidar com certas reações etc.

Foi um grande aprendizado para mim, pois além de termos uma experiência, na prática, de um passeio, estávamos lidando com a questão da oportunidade ao acesso ao lazer, da importância da base pedagógica nas atividades e em como a teoria que aprendíamos em sala de aula – ou procurando por conta própria – poderia nos auxiliar com esta questão. Tivemos a oportunidade, inclusive, de ter uma reunião com o Prof Dr. Marcelo Vilela de Almeida, na qual conversamos sobre Turismo Social, uma vez que sua dissertação de mestrado se referia a este tema e utilizamos seu trabalho em algumas discussões que tivemos na equipe do projeto.

A prática da extensão universitária nos proporcionou maior consciência quanto à importância da atividade turística como opção de lazer a todas as pessoas, principalmente às pessoas que têm pouco ou nenhum acesso a ela. E como estudantes de uma universidade pública, nos sentimos privilegiados por ter a chance de viver esta experiência para agrega-la à vida.

Já as temáticas da educação e da aprendizagem foram se tornando meus temas de interesse através das experiências de estágio e emprego, além das viagens técnicas

e pessoais a lugares do Brasil e do exterior. Trabalhei durante quatro anos no setor de Pesquisa em Turismo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), onde estagiei por dois anos e trabalhei como efetiva por mais dois. Neste período, assisti e apliquei diversos treinamentos, inclusive para outros estagiários, o que me fez ver as diferentes formas de aprendizado que cada uma das pessoas tinha, assim como a importância da ludicidade, da didática e, principalmente, da orientação quanto à forma de lidar com os entrevistados – que, no caso, se tratavam tanto de turistas domésticos quanto internacionais.

Além disso, fizemos algumas viagens de campo durante a graduação, dentre as quais destaco a de Ouro Preto, com o Prof. Dr. Mário Jorge Pires e a visita guiada ao Centro Velho da cidade de São Paulo com o saudoso Prof. Dr. Renê Corrêa do Nascimento. Nas duas visitas, pude perceber o caráter educativo que o turismo pode ter, principalmente no que se refere a fatos e locais históricos e geográficos de nosso país, que nos possibilitam compreender não só aspectos que nos foram apresentados durante o Ensino Médio – como a criação de Minas Gerais com o ouro –, assim como, por exemplo, aspectos do relevo de São Paulo foram decisivos no desenvolvimento da vila e posteriormente da cidade neste local.

Ainda durante a graduação, fiz um curso intensivo de espanhol na cidade de Córdoba, na Argentina, através de bolsa de estudos parcial. Durante minha estada ali, fizemos uma excursão ao centro de torturas *La Perla*, junto à equipe da escola. No local são mantidas algumas estruturas da época da ditadura argentina, além de objetos pertencentes aos prisioneiros. A visita contou com a mediação de uma guia, que nos explicou sobre fatos da ditadura do país. Isso foi de extrema importância para que eu pudesse entender o porquê dos moradores estarem sempre protestando por diversas causas, assim como por sempre haver manifestações artísticas em protesto à ditadura – a cultura local é baseada no protesto, na reivindicação, no direito à voz.

Foi assim que, unindo meus dois temas de interesse: turismo social e educação, cheguei ao Serviço Social do Comércio (SESC) como objeto de estudo. Este trabalho busca falar sobre o pioneirismo e a referência do SESC no campo do turismo social, que, como veremos, não se trata somente de acesso ao lazer aos que são privados

disso, mas também de como o termo foi sofrendo adaptações, contando, principalmente, com a questão da qualidade na realização do turismo, comparável ao turismo convencional realizado por agências e operadoras de viagem.

O trabalho foi dividido em três partes: a primeira versa sobre o turismo social – suas origens, suas diversas definições, seus questionamentos e seus desafios; a segunda fala sobre a educação, o aprendizado e seus tipos – como ocorre o aprendizado, que tipos de aprendizado existem e a ênfase na educação não-formal e informal com mais detalhamento; e a terceira parte situa o SESC como organização preocupada com o acesso ao lazer, inicialmente dos trabalhadores do comércio, bens e serviços, passando pelo desenvolvimento do programa de turismo social, que é um modelo do turismo que busca a cidadania e a educação.

Como metodologia de estudo utilizei o estudo de caso, que, segundo Martins (2006):

Trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto (p.XI).

Para a análise do turismo social me baseei, com mais ênfase, nos livros: *Sociologia do Turismo – Para uma nova compreensão do lazer e das viagens* de Jost Krippendorf, *O Olhar do Turista – Lazer e viagens das sociedades contemporâneas* de John Urry e o artigo *Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade* de Carlos Henrique Porto Falcão, além de artigos científicos e teses, assim como publicações e pesquisas do Ministério do Turismo.

Na questão da educação e do aprendizado, utilizei diversas teses e artigos, sem que houvesse uma ênfase num autor especificamente. Também utilizei textos escritos para a UNESCO, uma vez que a temática da educação sempre busca seu norte nas publicações da organização. A questão do aprendizado informal e não-formal foi extraída de diversos autores, para que o conceito tivesse diferentes pontos de vista ou ênfase.

Acredito que falar sobre o turismo social e a educação é bastante gratificante, pois estes temas podem e devem ser mais enfatizados, para que tenhamos indivíduos mais humanizados e o mundo se torne um lugar melhor para se viver e compartilhar experiências.

## 1) Turismo social e as viagens

### a. Aspectos conceituais

As origens do turismo social remontam à Europa no período de 1920 a 1940, entre as duas Guerras Mundiais, quando os sindicatos e associações de empregados buscavam incentivos, assim como os governos de países como Itália, Alemanha e Rússia começavam a criar infraestrutura para que os trabalhadores de baixa renda pudessem realizar atividades de lazer (Falcão, 2006).

Com o totalitarismo se instalando nestes países, os projetos sociais do governo começaram a incluir o turismo entre as atividades para controle e organização do tempo das massas. Na Itália, Mussolini criou a Opera Nazionale Dopolavoro, que cuidava do lazer e especialmente das férias dos trabalhadores. Na Alemanha, Hitler criou o Kraft-durch-Freude (a alegria fortalece), que oferecia viagens a baixos preços, para que o povo se sentisse grato ao governo (Falcão, 2006).

Almeida (2001) retrata o turismo social na Alemanha como instrumento político-ideológico nacionalista. Com o orçamento reduzido do governo, o turismo doméstico era realizado através da hospedagem em residências de outros alemães; mas isto não deveria ser feito no caso do turismo internacional, para não incentivar o diálogo com pessoas de outras nacionalidades.

Na mesma época, casos de incentivo ao turismo social em Portugal, na ex-URSS e no Canadá demonstram que a atividade era utilizada para unir o povo, de certa forma lhe dar qualificação e, assim, transformá-lo em massa de manobra com suspeitas, inclusive, para fins militares (Almeida, 2001). Desta forma, o lazer era utilizado como instrumento de alienação, como a política do “pão e circo” no Império Romano.

A prática do turismo pelas camadas populares foi uma conquista, principalmente com a implementação de férias remuneradas. Através da Convenção da Organização Social internacional do Trabalho, a legislação foi instituída, de forma inovadora, em mais de 40 países (Falcão, 2006), dando acesso a uma prática que até então era desconhecida por boa parte desta camada da população.

Mas a modalidade de turismo social mais próxima da que é praticada atualmente surgiu pouco antes da Segunda Guerra Mundial. No mesmo ano da Convenção da Organização Social do Trabalho (1936), criou-se a primeira Secretaria do Lazer, na França. O governo declarou que o turismo para o povo não deveria ser utilizado como política de manipulação, de maneira que não fizesse com que a população não pensasse (Falcão, 2006). Mas, neste caso, não se está pensando somente no estabelecimento de leis para o tempo livre, mas já se fala em criação e diversificação do lazer, no conteúdo para este tempo livre.

Este movimento começou a ser difundido por outros países como Portugal e Bélgica e, de uma forma geral na Europa, o governo se encarregou do desenvolvimento do turismo social, assim como em alguns países da América Latina.

No Brasil, as origens do turismo para as camadas mais populares remontam às décadas de 1930 e 1940, quando houve a gradual substituição do modelo agroexportador para uma realidade mais industrial, com formação da classe operária e consequente mudança nas demandas e necessidades da sociedade (Cheibub, 2011).

Com o estabelecimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no governo Getúlio Vargas, as camadas populares passaram a ter direitos trabalhistas como descanso semanal e férias, o que possibilitou a criação do tempo livre como um passo fundamental no aumento das viagens turísticas (Cheibub, 2012). As viagens, que até então eram consideradas uma atividade da elite aristocrática através do *Grand Tour*, passaram a ser uma atividade das massas. Mas, no Brasil, diferentemente da experiência europeia em geral e da de outros países latino-americanos (Falcão, 2006), a vanguarda do movimento foi do Serviço Social do Comércio (SESC) (Cheibub, 2012) – tema que será tratado neste trabalho mais detalhadamente.

Concomitantemente ao aumento do acesso ao turismo, foi necessário desenvolver a oferta de serviços e infraestrutura turística, para atender o deslocamento desordenado de grandes contingentes de pessoas a destinos considerados turísticos.

Urry (1999) aponta que o desenvolvimento do turismo de massa constituiu um aspecto de separação entre o trabalho e o lazer, juntamente com o desenvolvimento social no século XIX. O surgimento da ideia de “lazer”, somente poderia existir paralelamente ao conceito de “trabalho”. Houve um aumento do acesso ao lazer, mas contrária “do trabalho, da instrução e do aprendizado”.

O turismo de massa se desenvolveu vorazmente provocando impactos que, em certas localidades, podem ser sentidos até hoje, sendo irreversíveis. Com o tempo, especialistas de diversas áreas começaram a estudar o turismo como fenômeno social e grande parte dos estudos que tratam do efeito negativo que o turismo pode ocasionar numa localidade se referem ao turismo de massa e suas consequências.

Neste contexto que o turismo social passou a ser uma modalidade introduzida como alternativa ao turismo de massa – não só pensando no seu uso como verdadeira ferramenta de acesso ao lazer, mas, também, como importante vetor no combate às consequências físicas e estruturais do turismo nocivo e não planejado. Falcão (2006) faz uma comparação dos dois tipos de turismo:

“Enquanto o turismo de massas isola as pessoas, o turismo social as integra. Se o turismo de massas concentra os benefícios, o turismo social os distribui. Enquanto o turismo de massas traz divisas, o turismo social traz riqueza. Quando o turismo de massas cria empregos subordinados, o turismo social cria empresas e empresários. Essas são as diferenças fundamentais”. (p. 154)

A ideia não é que o turismo de massas vá desaparecer e ser substituído pelo turismo social. A incorporação de mais pessoas ao fenômeno turístico exige que aquele tipo de turismo exista. Ele é fundamental para que os que estão começando a ter contato com a atividade a integrem ao seu estilo de vida. O que vem acontecendo é a inclusão de maiores quantidades de pessoas no fenômeno do turismo social, que além de adotar a ideia de acesso, também busca enriquecê-la com sentido e conteúdo (Falcão, 2006).

Krippendorf (2001) também afirma que as viagens jamais perderão seu aspecto massivo e somente tratando-as assim, e desenvolvendo a humanização e a individualização dentro desse contexto, é que será transposta uma etapa decisiva. Mas, concomitantemente, diz que é importante controlar e reduzir as suas

dimensões, uma vez que esta é uma questão importante no processo de planejamento da atividade.

Mas o que significa falar de turismo social na atualidade? Diversos órgãos e pesquisadores ligados à área dão detalhamentos para este termo. A seguir, trataremos de algumas definições e é possível observar que elas, naturalmente, foram sofrendo modificações e aprimoramentos com o tempo.

O conceito de turismo social, segundo o Ministério do Turismo, é: “a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (Ministério do Turismo, 2014). Assim, seria uma forma de desenvolver a atividade turística de maneira equilibrada e com a perspectiva de dar a oportunidade de cada vez mais pessoas poderem realizá-la.

Dentre as associações e organizações presentes no campo do turismo social, a Organização Internacional de Turismo Social (OITS, antigo Bureau Internacional de Turismo Social – BITS) pontua que turismo social são todas as relações e fenômenos resultantes de eventos, programas e atividades em geral, que permitem que todas as camadas da sociedade – e em particular jovens, famílias, aposentados, pessoas de baixa renda, e pessoas com necessidades especiais – fazerem turismo, contando com a qualidade na relação entre visitantes e comunidades receptoras (OITS, 2014).

As diretrizes adotadas pela OITS se baseiam na Declaração de Montreal, de 1996. Este documento utiliza como critério de identificação do turismo social: qualquer organização ligada ao ramo turístico (associação, cooperativa, fundação, federação, ONG etc.) que busca democratizar o acesso ao turismo a um número cada vez maior de pessoas. (OITS, 2014). Esta Declaração é uma adaptação da Carta de Viena, documento que ainda será tratado neste trabalho.

A declaração estabelece, ainda, que os principais recursos do turismo são os seus efeitos como modelador da sociedade, promotor de crescimento da economia, ator do planejamento regional e desenvolvimento local e parceiro nos programas de desenvolvimento global.

Assim, a concepção mais tradicional do turismo social (como turismo doméstico, realizado para fins de lazer do qual usufruíam as pessoas de recursos limitados), deu lugar a uma moderna concepção de turismo para todos. Noção que engloba democracia, equidade, inclusão acessibilidade, solidariedade e um efeito positivo para as comunidades locais. Essa noção reconhece uma nova geração de turistas, mais experimentada, exigente, consciente e cosmopolita (Falcão, 2006).

O turismo social deixa de ser somente um instrumento de inclusão por fatores socioeconômicos e passa a adotar a inclusão de todos. Esta definição foi, inclusive, observada na Jornada de Turismo Social da Cidade do México, em 2 de março de 2004, algo que durante anos não foi assim. (Falcão, 2006)

Para Falcão, turismo social é:

“Uma forma de turismo que amplia a inclusão social pela utilização de meios, bens e serviços do arranjo produtivo, com aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais, proporcionando, assim, o exercício da cidadania”. E esta atividade se destaca como fenômeno de distribuição da riqueza, que deve levar em conta a realidade econômica e social da população.

Segundo o autor, o turismo social tem os seguintes princípios:

- Tornar as viagens mais acessíveis ao maior número de pessoas possível;
- Criar iniciativas turísticas que permitam a realização plena das potencialidades de cada indivíduo como pessoa e como cidadão;
- Buscar não só benefício econômico, mas também um valor agregado que confira benefícios sociais, educativos, desportivos e de saúde ao turista;
- Fomentar o respeito pela região turística, a não-discriminação, o desenvolvimento da pessoa e preços justos e acessíveis;
- Criar um ambiente de inserção e respeito às legislações sem deixar de ser rentável.

A concepção de turismo social começa a agregar outros aspectos, como a importância de se pensar não só na inclusão de todos, para o verdadeiro exercício da cidadania, mas também, na qualidade desta experiência ligada à educação.

Krippendorf (2001) aponta como o turismo deve se desenvolver. Embora não cite o turismo social em si, fala de características que condizem com a atividade:

“Todos, quer sejam turistas ou vivam do turismo, devem compreender e aceitar uma nova escala de valores. Caberia desenvolver formas de turismo que tragam a maior satisfação possível a todos os interessados – população local, turistas e empresas de turismo, mas que não estejam ligadas a inconveniências inaceitáveis sobretudo nos campos ecológico e social.” (p.135)

Falcão (2006) sintetiza o conceito de turismo social: ele se baseia em dois princípios fundamentais – a acessibilidade (que responde à aspiração de um turismo para todos) e a solidariedade (que responde à aspiração de um turismo responsável). Esses dois princípios, se aplicados em seu conjunto, são os que outorgam ao lazer turístico uma qualidade social.

Para este trabalho, adotamos a concepção de turismo social do OITS, uma vez que o SESC se baseia em seus princípios, que engloba tanto o aspecto do turismo para todos, assim como da qualidade da relação entre os atores da atividade.

A principal ideia, ou característica, que advém do conceito de turismo social é a do seu potencial como agente transformador da realidade. Apesar do aumento do acesso ao lazer, com o turismo de massa e com o desenvolvimento paulatino do turismo social e sua ideia de equilíbrio entre a atividade e a democratização do acesso, a realidade ainda é pautada por desigualdade.

Buarque (2006) observa que o que se vê hoje é uma integração entre as nações e uma desintegração dentro de cada país e de cada sociedade. As fronteiras nacionais e as restrições alfandegárias diminuíram, há um grande trânsito de pessoas e mercadorias entre diversas nações, é um movimento global, mas ainda há a barreira social que separa pobres de ricos.

Para que o turismo possa ser desfrutado de maneira democrática pelo público em questão, é preciso, em muitos casos, dar a oportunidade para que isso ocorra. Pois mesmo que a lei trate os indivíduos de maneira igualitária, no sentido prático isso nem sempre é a realidade. Por isso, é necessário falar não só em possibilitar a oportunidade, mas, também, dar acesso à oportunidade, tanto na questão do emprego, quanto no desfrute das atividades turísticas (Rua, 2006).

Assim, ainda que se tenha feito muito, que se tenha avançado, é preciso crescer mais e o turismo social tem grande potencial para que isto ocorra. O

turismo em si, é uma atividade que pode estar relacionada com a degradação do meio ambiente, da superlotação e ultraje da capacidade de carga de determinados lugares, da falta de orientação da população local e consequentes atos de xenofobia e tantos outros aspectos nocivos.

Entretanto, o turismo pode ser, também, uma porta para grandes oportunidades de desenvolvimento sustentável e inclusão social. O turismo possui a característica de provocar a ruptura do isolamento, o contato entre diferentes culturas e a interações entre os diferentes atores. Quando esta interação ocorre de maneira planejada, com diálogo entre os atores, possibilita a quebra de estereótipos e a valorização da cultura local. Cria-se uma conscientização dos visitantes sobre a necessidade de preservar os patrimônios material e imaterial, assim como dão aos moradores locais o estímulo para que realmente mantenham sua cultura e a transmitam às próximas gerações (Rua, 2006).

Além disso, no turismo esta interação ocorre num ambiente informal, em clima de reduzida tensão, o que possibilita que esta interação favoreça o entendimento entre os atores (Rua, 2006). E este entendimento é feito não só entre diferentes culturas, mas também através de diferentes faixas etárias e grupos sociais (Falcão, 2006). E, assim, possibilita a criação de experiências, de vivência da realidade do outro, de desenvolvimento da empatia e criação de uma conexão entre os atores.

A própria Declaração de Montreal coloca o termo “social” do termo “turismo social” como um sentido de solidariedade e fraternidade, como fonte de esperança para as pessoas que ainda hoje não podem usufruir de um tempo de lazer. O enfoque é realmente nas pessoas (Falcão, 2006), no ser humano, independentemente de cor, credo ou classe social.

No que tange à população local, além de possibilitar a valorização de sua cultura, o turismo tem forte potencial para a criação e ampliação de postos de trabalho e fontes de renda. A atividade turística possui demanda por trabalhadores de diferentes patamares, o que gera empregos, além do desenvolvimento da infraestrutura já existente na localidade, como: sistema de transportes,

alimentação, além de necessitar o aprimoramento da mão-de-obra, qualificando-a, o que aumenta a busca pela educação também.

Mas para que o turismo se desenvolva desta forma, planejado, equilibrado, pensando nas pessoas e no diálogo entre elas, é importante ter cautela. O turismo pode ser uma alavanca para a população local, mas o tipo da atividade e a forma como será realizada a sua implantação precisam levar em consideração as características do próprio local.

Com a importância dada a manifestações de ordem histórico-cultural, como: folclore, artesanato e arquitetura, como já falado, melhora-se a autoestima da população local. Conhecer a origem de um povo, seus costumes, formas de pensar e tradições passadas a gerações é uma forma de entender a sociedade na qual se está inserido, por isso, a valorização diz respeito à identidade cultural de um grupo social (Figueiredo, 2004).

Mas, se a transformação da localidade em “produto turístico” não é feita de maneira planejada, pode haver a criação de bolhas. A criação de parques de diversão é um exemplo de desenvolvimento de atrativos que não têm necessariamente relação com o lugar em que está inserido. Frequentemente, a sua criação tem relação com grandes empresas da área de entretenimento, que contratam mão-de-obra de todas as partes do mundo e criam, assim, um não-lugar. “O espaço é dividido em termos de signos que significam determinados temas, mas não temas que se relacionem necessariamente com verdadeira história ou com processos geográficos” (Urry, 1999).

Há também os casos em que há certa relação da atividade turística com a história e as características geográficas do local, mas que são “aprimoradas” para que o turista possa ter uma experiência “melhor”. É o que se chama de folclorização da localidade, perdendo características locais e inventando um atrativo, pensando principalmente no lucro que pode ser auferido por ele.

Debord (1983) chama isso de “sociedade do espetáculo”; Lowenthal nota que o fato de nos habituarmos às cópias tende a convencer-nos de que as antiguidades deveriam parecer completas e ‘novas’ (1985) e Eco (1986) diz que a

Disneylândia, com sua tecnologia, pode nos proporcionar mais realidade do que a natureza (*apud*, Urry, 1999).

Crick (1988, *apud* URRY, 1999), entretanto, frisa que todas as culturas são inventadas e, de certa forma, reorganizadas. Assim, discute o porquê da atividade turística ser condenada, uma vez que a encenação nada mais é o que ocorre em cada uma das culturas. E Urry (1999) conclui que “[...] não existe uma simples reconstrução “autêntica” da história, mas que toda reconstrução implica várias espécies de acomodação e de reinterpretação.” (Urry, 1999, p. 206).

Assim, o turismo pode ser um instrumento de inclusão, não só como opção de lazer, mas também como forma de valorizar a cultura local e reforçar identidades. Mas, sua realização precisa ser realizada com planejamento e cautela, para que não seja somente uma criação destinada exclusivamente a receber turistas e não tenha relação com o seu objetivo primordial.

É essencial pensar no seu aspecto de desenvolvimento de pessoas, como meio de humanização dos indivíduos. Para Urry (1999), as viagens contemporâneas teriam características do *Grand Tour*, que tinham como objetivo primordial o aspecto da formação destes aristocratas que viajavam. Atualmente, não há mais tanto o contraste “lazer” *versus* “educação e instrução” – o turismo começa a ser visto como uma verdadeira ferramenta educacional.

## b. Perfil da Demanda e equipamentos

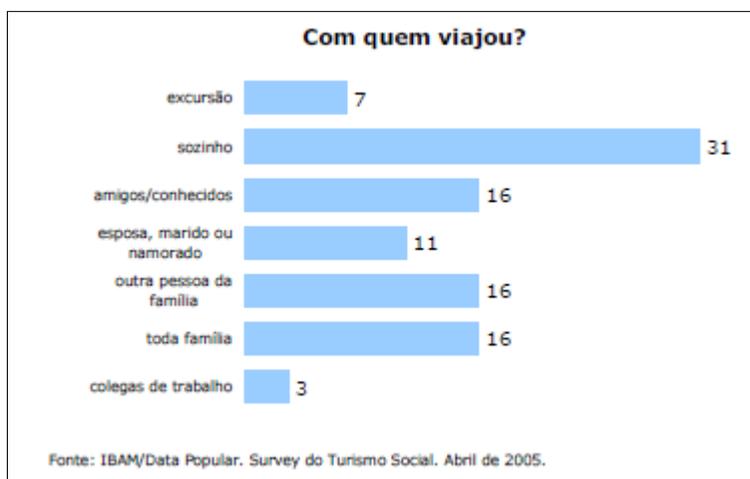
Para a que a atividade turística possa ser realizada, é necessário o funcionamento de diversos processos logísticos, que vão desde as vias e meios de transporte, passando por estabelecimentos, suprimentos de energia e alimentação, acomodações, além dos aparatos para atividades específicas, de segmentos como: esporte, recreação, artes etc. (Rua, 2006).

Neste tópico, serão descritas duas pesquisas de demanda encomendadas pelo Ministério do Turismo – uma delas realizada com pessoas das classes: C, D e E; e a outra, com pessoas com necessidades especiais (motora, auditiva, visual ou mental) (Ministério do Turismo, 2006).

Estas duas pesquisas foram inseridas neste trabalho como forma de mostrar que existe uma demanda turística por parte destes públicos e para entender melhor quais são as suas perspectivas e desejos com relação à atividade. Não se trata de dizer ou restringir a ideia de turismo social a estes públicos ou à amostra da pesquisa, mas compete dizer que este público tem grande potencial de ser englobado pelo turismo social, pela forma como o turismo social é praticada no Brasil pelo SESC, por exemplo. Agora, aos dados:

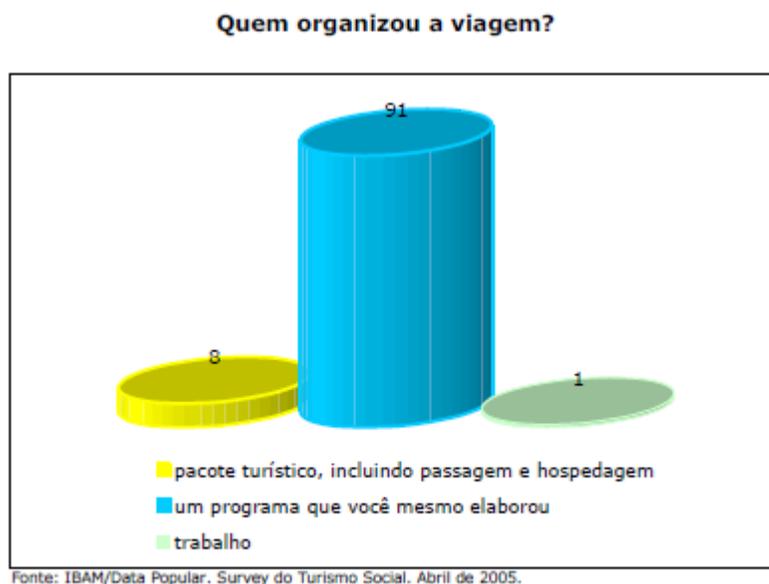
O Ministério do Turismo (2005) realizou a pesquisa quantitativa e qualitativa “Classe C e D, o Novo Mercado para o Turismo Brasileiro”, junto ao IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), em: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Goiânia, utilizando questionários com pessoas entre 18 e 50 anos, pertencentes aos grupos de renda B, C e D, que viajaram no último ano; além de realizar grupos focais, entrevistas em profundidade e viagens de observação para a pesquisa qualitativa.

Através dos resultados da pesquisa, nota-se que somente 31% dos entrevistados viajam sozinhos. Nos demais casos, os turistas ou estão acompanhados de um familiar ou de um amigo, mostrando que, para este público, a viagem é muito mais um ato coletivo.



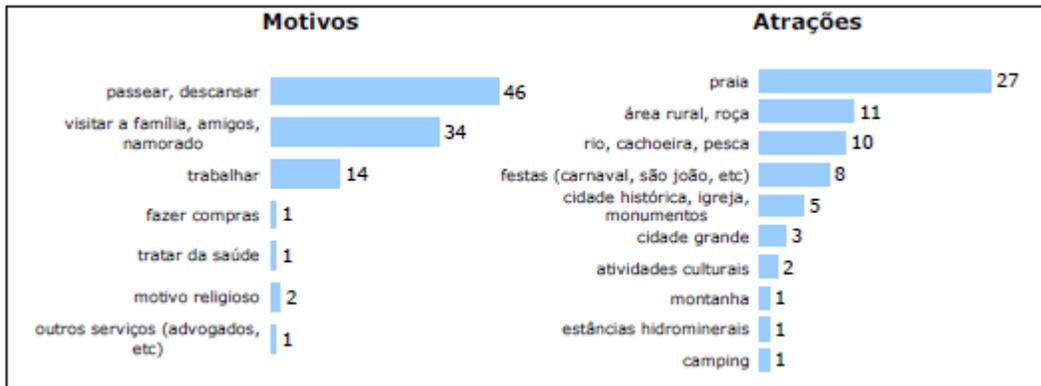
Já sobre a forma de organizar a viagem, 91% disseram que a viagem foi organizada por conta própria. Somente 8% dos entrevistados disseram ter adquirido pacotes de viagem, o que mostra como esta modalidade de viagem ainda

é vista como elitista ou inacessível à maioria dos consumidores destas classes. Pode-se considerar, também, que frequentemente esta opção de viagem demande um valor de entrada maior e não possua a possibilidade de parcelamento em diversas vezes. Além disso, como este público viaja quase sempre acompanhado, o valor do pacote também precisa ser multiplicado pela quantidade de pessoas. Desta forma, a maneira mais acessível de viajar é indo a lugares viáveis e de mais baixo custo.



A principal motivação de viagem apontada pela pesquisa foi “passear, descansar” (46%), seguida de “visitar a família, amigos, namorado”. Para os visitantes que responderam uma destas duas alternativas, foi perguntado o principal atrativo do local e 27% responderam “praia”, seguido de 11% “área rural, roça” e 10% “rio, cachoeira, pesca”. Isso mostra que nas localidades visitadas há, também, outros atrativos além de somente descansar ou visitar parentes.

### Motivos e atrações da viagem:

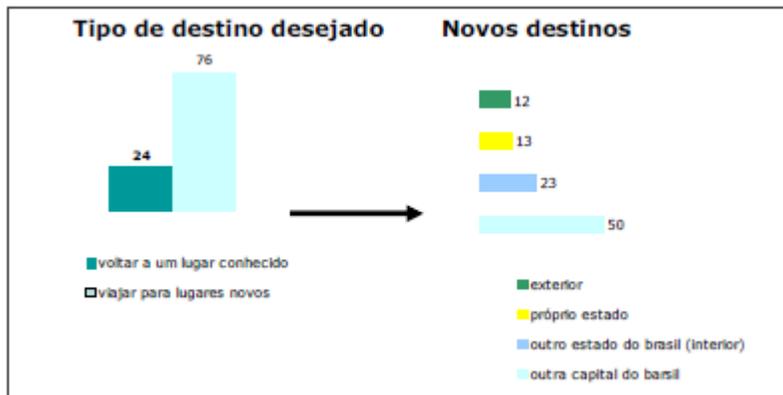


Fonte: IBAM/Data Popular. Survey do Turismo Social. Abril de 2005.

Obs: A pergunta sobre atrações da viagem aplica-se somente a quem viajou para passear ou visitar amigos e parentes.

Já quanto ao tipo de destino mais desejado, 76% disseram querer viajar para novos lugares e 24% têm vontade de voltar a um lugar conhecido. Dos que disseram querer ir a novos lugares, 50% gostariam de conhecer outra capital do país, 23% o interior de outro estado, 13% algum lugar do próprio estado e 12% algum local do exterior.

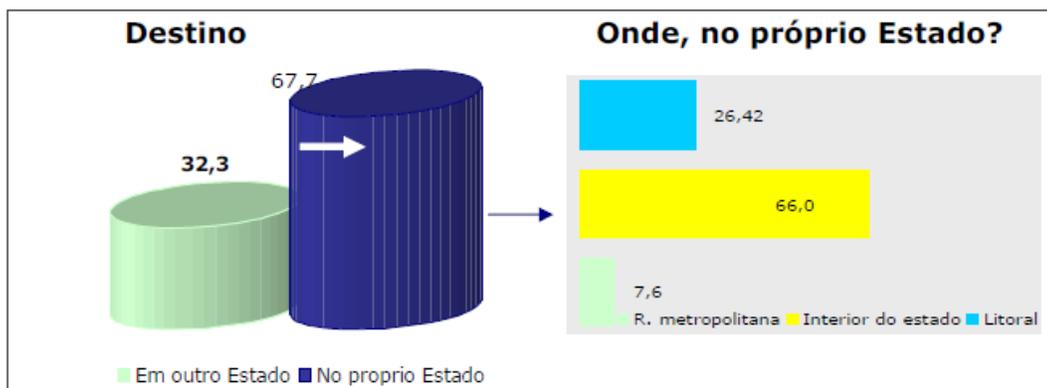
### Tipos de destino mais desejado



Fonte: IBAM/Data Popular. Survey do Turismo Social. Abril de 2005.

A maioria dos destinos de viagem estão localizados no próprio estado (67,7%) e, destes, 66% localizados no interior, seguido por 26% no litoral.

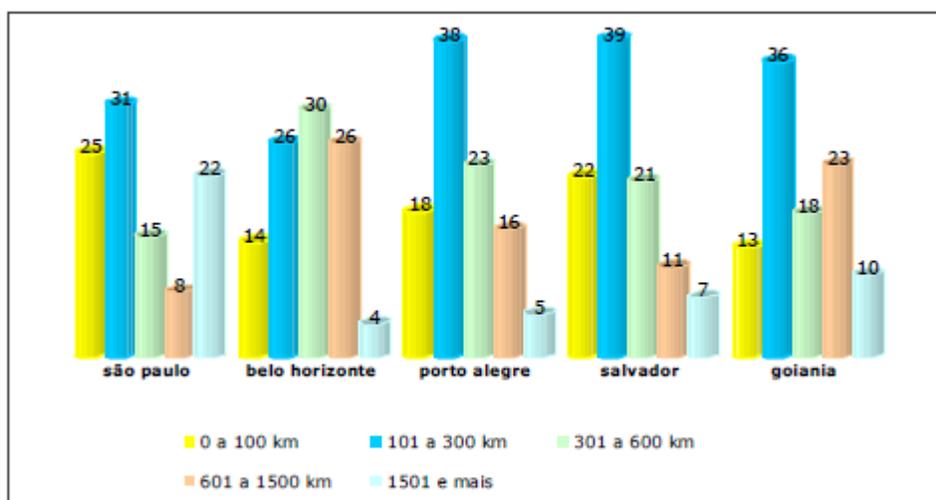
## Principais Destinos de Viagem



Fonte: IBAM/Data Popular. Survey do Turismo Social. Abril de 2005.

Quanto à distância do destino, na maioria das cidades entrevistadas os entrevistados viajaram para destinos até 300km de distância do local de origem, demonstrando que este público dá preferência a cidades mais próximas ou limítrofes, uma vez que o custo é mais baixo e o deslocamento é mais fácil.

## Distância ao destino, segundo local de entrevista

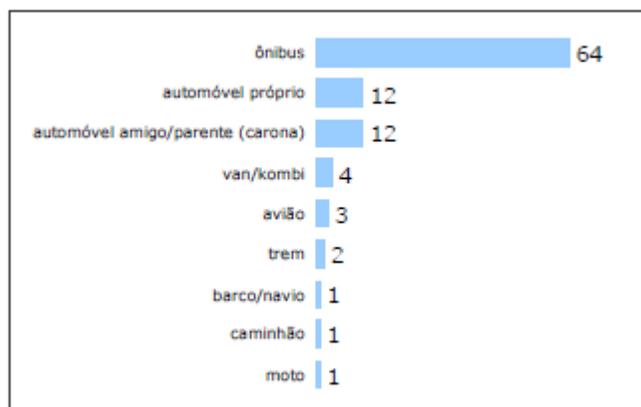


Fonte: IBAM/Data Popular. Survey do Turismo Social. Abril de 2005.

O meio de transporte mais utilizado foi o ônibus (64%), seguido pelos automóveis (24%), sendo metade deles pertencentes a terceiros. Tendo em vista que o estudo foi realizado em 2005, é preciso considerar que houve, ao longo dos

anos, um aumento na demanda por viagens de avião (no caso, 3% no estudo), devido ao aumento da concorrência entre as companhias aéreas e consequente barateamento das passagens aéreas. Ainda assim, o ônibus continua sendo o meio de transporte predominante.

**Meio de transporte**



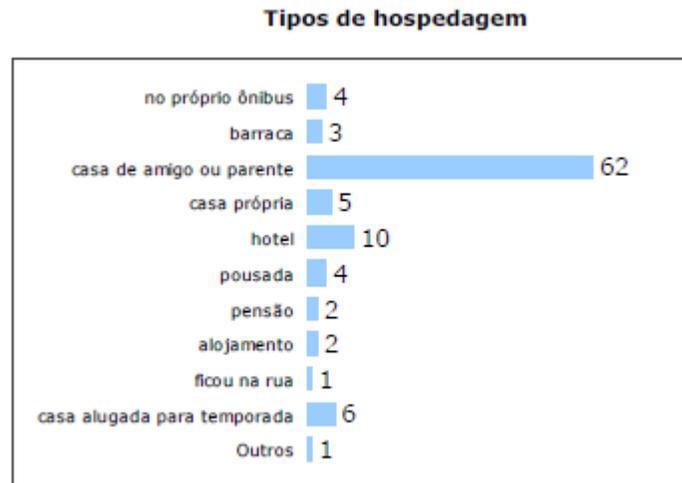
Fonte: IBAM/Data Popular. Survey do Turismo Social. Abril de 2005.

Dentre os turistas que utilizaram o ônibus como meio de transporte, é importante notar a distribuição entre os tipos de ônibus utilizados: 74% em ônibus rodoviários regulares; 14% em ônibus de excursão e 10% no que foi chamado de “ônibus alternativo”, que são os ônibus clandestinos. O uso destes meios de transporte não só traz mais risco aos passageiros que estão fazendo a viagem – uma vez que não têm a assistência do seguro viagem, por exemplo –, mas também aos que estão no mesmo itinerário, podendo sofrer danos, caso venha a acontecer um acidente.

Na mesma pesquisa, o tipo de hospedagem mais utilizado foi a casa de amigos e parentes (62%), que aparece, também, relacionado ao segundo principal motivo de viagem (34% – visitar amigos e parentes), perdendo apenas para “passear, descansar” (46%). Isso mostra que frequentemente o meio de hospedagem está relacionado ao fator econômico, uma vez que a motivação “visitar amigos e parentes” não foi considerada a majoritária.

Além disso, “hotel”/“pousada”/“pensão”, juntos, somam 16%, mesmo sendo considerado “de elite” por alguns entrevistados. E meios de hospedagem como: “no

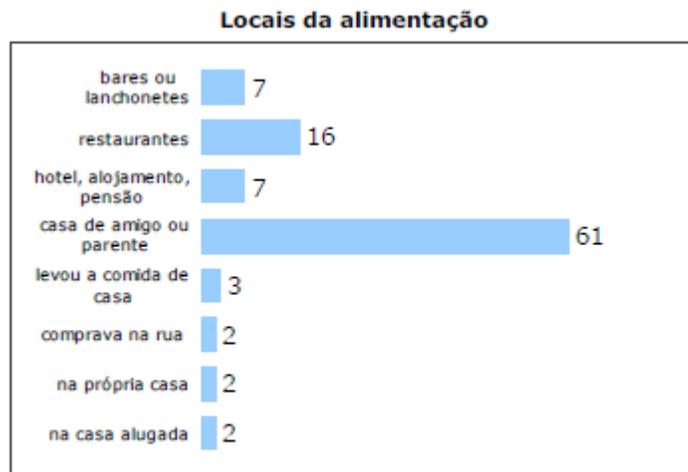
próprio ônibus”/”barraca”/”ficou na rua” também representam uma porcentagem significativa de 9%.



Fonte: IBAM/Data Popular. Survey do Turismo Social. Abril de 2005.

Quanto ao local utilizado para alimentação, 61% afirmaram que o fizeram na “casa de amigo ou parente”, o que confirma uma das principais motivações de viagem e o tipo de hospedagem. 16% disseram que se alimentaram em restaurantes e, ainda, somam 7% os que disseram ter se alimentado “na própria casa”/”na casa alugada”/”levou a comida de casa”.

É preciso frisar que durante as entrevistas, foi mencionado o momento de “comer junto”, compartilhar a comida, que é visto como uma parte importante do viajar e se sentir parte do grupo para este público.



Fonte: IBAM/Data Popular. Survey do Turismo Social. Abril de 2005.

Para o público com necessidades especiais (motora, auditiva, visual ou mental), foi realizada uma pesquisa qualitativa, em 2013, em cinco capitais brasileiras: Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Curitiba, com turistas reais (que viajaram nos últimos 12 meses) e potenciais (que não viajaram nos últimos 12 meses, mas pretendem fazê-lo no próximo ano). Com o primeiro grupo, foram realizados grupos focais. Já com o segundo grupo, foram feitas entrevistas em profundidade.

Quanto à forma de organização da viagem, os entrevistados disseram ser necessário planejar bem a viagem, uma vez que é preciso pensar em planos alternativos, caso ocorra algum imprevisto, além de garantir a segurança. A organização antecipada também é citada como fator para economia (melhores preços) e com a utilização dos serviços de alguma empresa/agência/grupo, que passa a ser responsável pelo passageiro.

Para o planejamento, são consideradas variáveis como: destino e tempo de permanência, meios de transporte para se chegar ao destino (e dele retornar) e os custos dos mesmos; condições do transporte público da cidade a ser visitada; hotéis (disponibilidade de vagas, número de quartos adaptados, acessibilidade, valores das diárias); atrativos turísticos (o que existe na cidade, como se chega a esses pontos, se existe acessibilidade, intérpretes, braile etc.), comércio local, nível

de acessibilidade e preços praticados; segurança do local (nível de violência e riscos para a segurança física) e trajetos turísticos a serem realizados.

Dentre os fatores destacados como motivadores de viagem, estão: visitar amigos, parentes e familiares; conhecer novos lugares, novas culturas, ver novas paisagens; ser surpreendido por algo novo, estar em busca de “novidades”; férias, para descanso e diversão da família; ir a eventos promovidos por entidades que os representam; viagens demandadas pelo trabalho; fazer provas de um determinado concurso. Neste ponto é importante frisar que alguns turistas deste público dependem da ajuda de outra pessoa, por isso, às vezes restringe a quantidade de viagens. E os turistas com necessidades especiais intelectuais, ficam à mercê da preferência do acompanhante.

A escolha do destino pode ser pautada pela disponibilidade de infraestrutura turística que atenda às demandas do turista com necessidades especiais, mas, às vezes, a escolha se faz pelo desejo, independentemente das condições oferecidas pelo destino. A escolha considera aspectos como: preço, existência de locais com aspectos históricos e culturais, gastronomia típica e paisagens raras e diferentes.

Mas na dimensão prática e funcional, existem os seguintes fatores influenciando a escolha de um destino a ser visitado: hotéis com acessibilidade e quartos e banheiros adaptados; eventos culturais e artísticos; comércio local próximo ao hotel e também com acessibilidade e adaptações; transporte público acessível (incluindo os transportes que levam aos pontos turísticos); calçadas planas e bem cuidadas; existência de praias e parques para a diversão dos filhos; presença de intérpretes nos locais mais necessários; piso tátil, braile e demais recursos que podem orientar a pessoa com necessidades especiais visuais; ser tanto na temporada quanto na baixa temporada.

Quanto às atividades realizadas, foram encontrados quatro segmentos: pacatos e receosos (preferem ficar em casa ou, quando saem, estão sempre acompanhados dos parentes e familiares); querem conhecer (gostam de conhecer os pontos turísticos da cidade, registrando os momentos com fotos e filmagens, na companhia dos amigos, e aproveitam o comércio local; históricos e culturais (procuram atividades e lugares que envolvem história); e ousados e corajosos

(viajam em busca do novo e inusitado, sempre com responsabilidade – incluem atividades de aventura e ecoturismo).

A maior parte dos entrevistados realizou a viagem acompanhada, principalmente os que possuem necessidades especiais intelectuais. Mas o que mais se observa é a presença de amigos na viagem – esta é uma companhia essencial para este público.

No que se refere ao meio de transporte, os entrevistados citaram a necessidade de melhorias quanto à acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais. No transporte aéreo, a situação foi a menos criticada, uma vez que oferecem um serviço diferenciado no *check in* e no *check out*, mas ainda há muito o que melhorar, como: espaço nos corredores, banheiro e intérpretes).

No transporte rodoviário, a situação é pior e faltam investimentos na infraestrutura e na capacitação dos funcionários. No transporte público, faltam elevadores – e quando existem, frequentemente estão quebrados ou o funcionário não sabe operá-lo. As ações positivas foram citadas como pontuais e que não representam a conduta-padrão da empresa. E, para todos os meios de transporte, foi citado o valor da passagem, que deveria sofrer descontos, pelo menos para o acompanhante da pessoa com necessidades especiais.

Na hospedagem, a cidade de Socorro (SP) é mencionada como modelo, uma vez que oferece a melhor infraestrutura acessível para este público. Nas demais cidades, foi falado sobre a necessidade não só de adaptar os meios de hospedagem (porta do refeitório, mesa do café da manhã, espaço dentro do quarto, número do quarto e cardápio em braile, presença de intérpretes etc.), mas também da equipe, uma vez que a expectativa é a de que os atendentes consigam oferecer informações sobre o destino, o que nem sempre acontece.

Quanto à infraestrutura (na cidade, nos equipamentos turísticos e no comércio), são citados: melhorar o acesso aos equipamentos e pontos comerciais; melhorar as calçadas e sonorizar os semáforos; tornar os locais mais bem iluminados; e, principalmente, tornar a acessibilidade presente no interior dos equipamentos e estabelecimentos. As pessoas com necessidades especiais

frequentemente sentem que estão lidando com pessoas que não estão bem preparadas para recebê-los.

No próximo capítulo estas pesquisas serão tratadas com mais detalhes, quando falaremos sobre o trabalho do SESC no Brasil, como promotor e desenvolvedor do turismo social.

### c. Agentes

Dentro do campo do turismo social, o desenvolvimento busca privilegiar cada um dos agentes envolvidos na atividade: o prestador de serviços, o turista e os grupos e comunidades de interesse turístico (Ministério do Turismo, 2006).

Entre os prestadores de serviço estão, principalmente, os micro e pequenos empreendedores, que têm a possibilidade de inclusão através das oportunidades advindas da atividade turística, assim como a integração com as demais atividades econômicas do arranjo produtivo do turismo (Ministério do Turismo, 2006). Dentre esses trabalhadores, podem ser mencionados: motoristas de táxi, guias de turismo, vendedores ambulantes etc. (Zapata, 2006).

Quanto ao turista, o interesse social foca no viajante de determinadas classes com renda mais baixa ou grupos em situação de exclusão, que não têm a oportunidade de usufruir da experiência turística não só de forma plena, por conta, inclusive, de possibilidades limitadas de lazer, mas, também, que a atividade seja realizada com garantia de qualidade (Ministério do Turismo, 2006).

Já nos grupos e comunidades de interesse turístico, estão as comunidades que recebem os turistas na localidade: os produtores de artesanato, os grupos culturais e as colônias de pescadores (Zapata, 2006) podem receber os turistas, mas também podem ser beneficiados com a vinda do turismo não diretamente relacionada à sua atividade. O aspecto da conservação e valorização do patrimônio natural e/ou cultural, assim como do capital social, se enquadram neste enfoque (Ministério do Turismo, 2006).

Além destes agentes da atividade turística, está presente o Estado (ISTO, 2014), que, quando se envolve com a atividade do turismo social, desenvolve políticas públicas de fomento à atividade, incentivando a inclusão das pessoas que

de alguma forma não têm condições de arcar com os custos demandados para o seu desfrute, assim como aqueles que são totalmente excluídos e, frequentemente, não têm nem ideia de que o turismo pode ser uma opção de lazer no seu tempo livre.

Há mais de 10 anos, em 2003, o governo demonstrou interesse no turismo, com a criação do Ministério do Turismo. Quatro meses após a sua criação, foi apresentado o Plano Nacional do Turismo (PNT), com metas para os quatro anos seguintes. O Ministério do Turismo aponta os dois primeiros PNTs (2003-2007 e 2007-2010) como planejamentos para o fortalecimento e expansão do mercado interno, destacando a função social do turismo para transformar a atividade num mecanismo de melhoria do país, com a inclusão social (Ministério do Turismo, 2014).

Ainda que iniciativas tenham sido tomadas, como o Programa de Regionalização do Turismo, a publicação de cartilhas ou encontros realizados para discutir o turismo social, além de outras ações no sentido de liberar recursos ao turismo, há muito o que se fazer. Não há uma efetiva implantação de políticas que visem a expansão e realização do turismo social por outros atores do ecossistema turístico, além de organizações como o SESC, mas também da iniciativa privada e organizações do terceiro setor.

Para os atores envolvidos com o turismo social, Krippendorf (2001) diz que seria ideal se os produtores e investidores turísticos encontrassem representante nas regiões turísticas, a fim de planejarem e financiarem conjuntamente o desenvolvimento da atividade.

Um desenvolvimento harmonioso, segundo o autor, exige cautela e estabelecimento de prioridades de objetivo. Num primeiro momento, deve-se tentar conciliar as necessidades da população local e dos turistas, de forma que a atividade traga benefícios para ambas as partes. Mas, no caso de incompatibilidade ou dúvidas, é importante sempre priorizar as necessidades dos chamados autóctones.

#### d. Desafios

O campo do turismo social demanda desafios não só por parte dos agentes beneficiados, mas também do governo e da sociedade como um todo. Norberto Tonini, ex-presidente do OITS, identificara alguns dos desafios deste campo e os listou durante uma conferência em Montreal, em 2007 (OITS, 2014):

O desafio no campo social se refere à questão de se ainda é importante defender o direito a lazer e turismo para a maioria das pessoas. Embora a realidade tenha mudado bastante e um progresso substancial foi feito neste campo, é preciso admitir que o “turismo para todos” ainda é relevante nos dias atuais.

Esta questão se refere a grupos de todas as idades, mas especialmente numerosos jovens e estudantes que têm um baixo poder de compra, famílias com uma renda modesta, que não têm a possibilidade de ter uma parte da renda destinada a viagens, e a grande proporção de idosos, que têm disponibilidade de tempo, mas que os recursos financeiros são extremamente limitados frequentemente (OITS, 2014).

E podem ser incluídas aqui as pessoas com necessidades especiais, que já enfrentam desafios quanto à sua necessidade específica e ainda têm a questão financeira para pensar, uma vez que os serviços especializados para o público do qual fazem parte têm a tendência a ser mais caros.

Quanto à sustentabilidade, trata-se de considerar a responsabilidade de todos em relação ao meio ambiente atual e futuro, contrária à atitude baseada na velocidade e nos movimentos de massa, que durante muito tempo, e de forma bastante intensa, prejudicaram diversas localidades, muitas das quais, com consequências irreversíveis.

E, do ponto de vista da solidariedade, frisa-se a importância de permitir que pessoas que estejam em situações de dificuldade, sejam elas econômicas, físicas ou de outra ordem, possam exercer o seu direito ao lazer e ao turismo.

No Brasil, o Grupo Técnico Temático (GTT), ligado à Câmara de Segmentação, do Ministério do Turismo, é formado por representantes das entidades e instituições ligadas ao turismo social. E seus estudos já apontaram alguns dos principais desafios do turismo social no Brasil:

- Legislação – necessidade de inclusão na legislação turística vigente de um texto que contemple e incentive as iniciativas e ações de turismo social.
- Financiamento – Criação de linhas de financiamento de fácil acesso, com juros módicos (ou mesmo sem juros), para que as classes C, D e E tenham condições de consumir produtos turísticos.
- Organização/Operação – estímulo às instituições, associações de classe e ONGs para que desenvolvam ações de turismo social de forma planejada, organizada e estruturada.
- Férias – criação de alternativas que possibilitem ao profissional viajar com sua família de forma organizada e a preços acessíveis ao longo do ano, evitando excesso de lotação em meios de hospedagem, pontos turísticos e rodovias nacionais. (p.137)

Embora o turismo social não seja limitado a pessoas de baixa renda e/ou com necessidades especiais, é preciso deixar claro que graças à visão e ao caminho que este campo do turismo tomou, há pessoas que não estão indiferentes às pessoas sem proteção ou que sejam desprivilegiadas social e economicamente.

A chave da humanização da viagem está em ver o homem não como um “homem-férias”, mas como um ser soberano. Um ser humano que tomou consciência de sua mobilidade e das razões que o levam a viajar, que adquiriu sabedoria partindo da modéstia. Alguém que foi preparado para que pudesse desfrutar da viagem e assim, torná-la mais humana (Krippendorf, 2001). A ideia do turismo social está baseada, primordialmente, em priorizar as pessoas acima de tudo.

Para que estes desafios possam ser, de uma forma mais efetiva, aplicados e cumpridos, a presença da educação se faz de extrema importância. Com efeito, a atividade turística tem se mostrado uma ferramenta poderosa no processo educativo, através da educação informal, sendo utilizada pelo Estado, pela iniciativa privada e pelas organizações do terceiro setor, para o desenvolvimento da conscientização ambiental, histórica e, principalmente, social.

## 2) Pedagogia, aprendizado e educação informal:

### a. Aspectos conceituais

Como visto no capítulo anterior, o turismo social tem o papel de realizar a inclusão de todos na atividade, assim como na formação dos indivíduos como cidadãos. Mas para que qualquer aspecto do turismo em si possa ser desenvolvido, a educação é um fator essencial.

A educação, desde a perspectiva clássica até os tempos modernos, é considerada um progresso para o indivíduo e para a sociedade, uma vez que ele ganha autonomia, emancipação e liberdade (Tristão, 2011). O processo de sua internalização seria uma forma de adquirir habilidades para se conviver em sociedade.

Mais do que isso, a educação participa do processo de criação de ideias e crenças, de atividades que envolvem a troca de símbolos e bens, que resultam na formação de diferentes sociedades – e esta é a sua força (Brandão, 1981). E o campo do conhecimento que se encarrega de construir o conhecimento sistemático deste campo, como um dos elementos básicos da configuração humana, é a pedagogia (Tristão, 2011).

A pedagogia, ciência que tem a educação como objeto de estudo, possui diversos estudiosos e cientistas se dedicando ao desenvolvimento de teorias que possam auxiliar na apropriação do conhecimento por aqueles que se utilizam dela. Além disso, estas teorias também buscam explicar como este processo ocorre.

Com relação às teorias de aprendizagem, MacManus (2013) destaca algumas delas: a primeira delas é o *behaviorismo* ou comportamentalismo, que é a aquisição de um novo comportamento de acordo com estímulos externos. O indivíduo adquiriria o aprendizado influenciado pela forma de agir de outras pessoas e seres.

A segunda teoria é o *cognitivismo*, que surgiu a partir dos movimentos de pesquisa, que observavam a relação entre os processos mentais e a tecnologia. Neste caso, observa-se a forma de apreensão do mundo pelo indivíduo. Estuda-se a percepção, a forma como a informação é processada e, então, incorporada por ele (MacManus, 2013).

Já na terceira teoria, o *construtivismo* de Piaget, estuda-se a maneira como o indivíduo constrói o significado a partir daquilo que ele está recebendo de informação. Nesta linha de pensamento, as pessoas interagem fisicamente ou mentalmente com o seu meio. Existe um processo ativo de captação do conhecimento (MacManus, 2013).

A quarta teoria é a *aprendizagem por descoberta*, que se originou da teoria de Piaget, trata da ideia de descobrir sozinho as coisas ao redor. Esta teoria, adotada por Jerome Bruner, no começo do século XX, não deve ser levada em conta, de acordo com MacManus (2013), uma vez que um aprendizado nunca ocorre sozinho, pois depende minimamente das informações que são transmitidas de geração em geração.

Observa-se que diversas são as teorias já desenvolvidas, criticadas, aprimoradas, assim como novas delas são criadas e aprimoradas no decorrer dos estudos da pedagogia. É importante conhecer as diversas linhas de pensamento criadas até hoje, para que se possa verificar como e quão os estudos vão se desenvolvendo ao longo do tempo, mas, neste trabalho, daremos ênfase não tanto nas teorias de aprendizado, mas nos tipos de educação, que de certa maneira trabalham um pouco com cada uma das teorias de aprendizado.

No que se refere aos tipos de educação, fala-se em três: a educação formal, a educação não-formal e a educação informal. Diversos cientistas definem estes diferentes tipos de educação. Gaspar (2002) pontua que a educação formal é a oferecida nas escolas, com: níveis, graus, programas, currículos e diplomas, cuja origem está ligada ao desenvolvimento de nossa civilização e seu acervo de conhecimentos. A educação informal é a que não tem um lugar específico. Os conhecimentos são compartilhados em meio a uma interação sociocultural e necessita somente que haja alguém que saiba e quem queira saber. Nesta modalidade de educação, o aprendizado ocorre espontaneamente, sem que os participantes tenham consciência disso. E a educação não-formal também possui disciplinas, currículos e programas, mas não oferece diplomas oficiais – sua origem remonta à complexidade e ao avanço contínuo da nossa civilização, com suas diferentes formas de entender o processo educativo.

Gohn (2006) afirma que a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados, mas estabelece uma diferenciação menos clara quanto aos conceitos de educação informal e não formal. Para a autora, a educação informal é a que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização (na família, no bairro, com os amigos etc.) com valores e culturas próprios, além de sentimentos herdados. E a educação não-formal é a que se aprende “no mundo da vida”, através da troca de experiências cotidianas.

Fernandes (2006) fixa-se mais na forma como cada tipo de educação se organiza: a educação formal segue uma sequência determinada proporcionada pelas escolas; a educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida de um indivíduo, num processo permanente e não organizado. E a educação não-formal obedece a uma estrutura e uma organização, não se fixa em tempos e locais e tem flexibilidade na adaptação do conteúdo de aprendizagem a cada grupo específico.

Trilla (1993) diz que a educação formal é constituída pelas instituições e meios de formação ensino-aprendizagem, na estrutura educativa graduada, hierarquizada e oficializada, com organização curricular, sequencial e sistemática. A educação não-formal é formada por instituições e meios educativos bem definidos, mas que não fazem parte do sistema formal, sendo também chamada de educação extraescolar, que recorre a ferramentas alternativas como meios de comunicação social e tecnologias educativas específicas. E a educação informal abrange processos e fatores que geram efeitos educativos sem terem a configuração para este fim – ela é promovida sem mediação pedagógica explícita e tem lugar a partir das relações do indivíduo com o seu ambiente humano, social, cultural e ecológico.

Neste trabalho, utilizaremos o conceito de educação informal de Gaspar (2002), que versa sobre o aprendizado através do compartilhamento de experiências socioculturais, no qual é necessário que haja uma abertura de ambas as partes que se comunicam, para que o aprendizado possa efetivamente ocorrer. Além disso, trabalharemos também com o conceito de educação não-formal de

Fernandes (2006), que fala sobre a existência de uma estrutura e uma organização no processo de aprendizagem, mas que o seu conteúdo é adaptável a diversas situações e grupos.

O surgimento destes diferentes tipos de educação, mais especificamente os termos informal e não-formal, tem origem anglo-saxônica e foi introduzida a partir dos anos 60, quando a demanda por uma “educação permanente” foi detectada, algo que realmente tivesse a sua eficácia comprovada para o mundo industrial nascente e não fosse somente uma máquina ideológica do Estado. Numa época em que a educação estava em crise, diante destas novas necessidades, atividades e experiências que não estivessem diretamente relacionadas à vida escolar passaram a ser valorizadas, uma vez que poderiam estar ligadas à formação profissional e/ou à cultura geral (Favero, 2007).

No Brasil, estes conceitos passaram a ser considerados parte do campo educativo a partir dos anos 80, ainda que de forma tímida, tendo se disseminado de forma mais intensa a partir de meados da década de 90 (Tristão, 2011). Gohn (2006) frisa que os processos não-formais iniciais estavam relacionados à alfabetização de adultos, mas indo além do conceito de leitura e escrita, com vistas à participação popular, buscando integrá-los ao meio urbano-industrial. A partir dos anos 90, por conta das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho, passaram a ser valorizados os processos de aprendizagem em grupos e valores culturais que fazem a articulação entre as ações dos indivíduos.

Um dos pontos de destaque para as outras formas de educação, que não a formal, pudessem emergir, está relacionado ao fato de que houve uma revolução técnica e científica e a disponibilidade de uma grande quantidade de informações é cada vez maior. Os problemas e a ineficácia de alguns métodos mais tradicionais de ensino possibilitaram que houvesse um aumento das forças do autodidatismo e do valor de atitudes ativas e conscientes para aquisição de conhecimentos (Tristão, 2011).

A ampliação do conceito de educação e a diversificação de suas atividades através de modalidades dentro da educação informal, não-formal e formal, expande a produção e disseminação de saberes e modos de ação (conhecimentos, atitudes,

crenças, hábitos, conceitos etc.), que levam a práticas pedagógicas (Libâneo, 2001).

#### b. Quando se aplica a educação não-formal e informal e suas estratégias de aprendizado

A educação não-formal e a educação informal possuem características peculiares, mas, para alguns autores, suas definições e aplicações não são necessariamente muito claras, como se pôde verificar. De qualquer forma, estes dois tipos de educação se caracterizam por ser necessariamente diferentes da educação formal, que é realizada nas escolas, com currículo pré-definido e fixo, com a certificação como fim.

A educação não-formal pode se manifestar na educação permanente e de adultos, na animação sociocultural, na educação para tempos livres, no desenvolvimento comunitário e na reciclagem e reconversão profissional (Trilla, 1993). Inclui, ainda, o estudo de línguas estrangeiras e de especialidades técnicas, artísticas ou semelhantes (Gaspar, 2002).

De forma geral, as atividades desenvolvidas na educação não-formal ocorrem em ambientes e situações construídos coletivamente. Usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas há uma intencionalidade na ação, no ato de participar e de transmitir ou trocar saberes (Gohn, 2006). Segundo Simson, Park e Fernandes (2001 *apud* OLIVEIRA, 2008), é necessário um local em que todos (crianças, adultos e idosos) possam experimentar atividades lúdicas, tudo que provoque a imaginação e seja envolvente e vá ao encontro de suas necessidades, vontades e interesses, sem preocupação com avaliações ou certificações.

Já a educação informal pode ocorrer em espaços em que a educação não-formal ocorre também, pois os saberes não são estáticos e compartimentados, mas possuem uma conexão e relação entre si. No que se refere à diferenciação com relação à educação não-formal, a educação informal opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos ou pertencimentos herdados (Gohn, 2006).

Desta forma, a família é a principal instituição responsável pela educação informal, onde são ensinados os costumes humanos, como: falar, andar, comer, a religião, a cultura etc. (Biesdorf, 2011). Atividades relacionadas a espaços específicos, como: em centros culturais, zoológicos, jardins botânicos e museus de arte ou ciências também são parte das atividades de educação informal. Ou, ao ar livre, em feiras e praças, nas estações de metrô e em qualquer outro espaço em que as pessoas possam partilhar arte (Gaspar, 2002).

A sociedade atual é, inclusive, chamada de sociedade do conhecimento, com seu caráter iminente pedagógico. É possível aprender através dos meios de comunicação – nos jornais, na televisão, na imprensa, no rádio, há veiculação de conteúdos com fins educativos com relação à educação ambiental, à AIDS, a drogas, à saúde etc.; nas empresas, há atividades de supervisão do trabalho, orientação de estagiários e formação profissional em serviço; no serviço público, práticas pedagógicas são realizadas por assistentes sociais, agentes de saúde e agentes de promoção social nas comunidades (Libâneo, 2001).

O processo de aprendizado ocorre das mais variadas formas e é explicado tanto por fatores pedagógicos quanto psicológicos. De acordo com MacManus (2013), quando estamos no processo de aprendizagem, adotamos um tipo de representação dentro de nossa mente. Segundo a autora, há dois tipos de representações: a “icônica”, com foco visual, e a “simbólica”, que é baseada na língua de cada nação, na gramática e em como se compreende a linguagem através da língua.

Mas para ambientes que não pressupõem uma estrutura formal, a autora frisa a complexidade do processo de aprendizagem, pois no museu, por exemplo, não há uma maneira de avaliar o quanto as pessoas aprenderam e mensurar as condições de apoio oferecidas por este método no processo de aprendizagem. O ideal seria avaliar se o ambiente está propício para o processo de aprendizagem e não o quanto se aprendeu neste ambiente.

Já Vygotsky afirma que o aprendizado ocorre através da aquisição cognitiva de um conceito, seja científico (formal) ou espontâneo (informal), num processo gradativo, que se baseia nos conhecimentos previamente adquiridos. Desta forma,

a construção do novo conceito é mais fácil para os que tiverem uma concepção a ele relacionada, mesmo que seja imperfeita ou fragmentada (Gaspar, 2002).

Este conceito vale também para os aprendizados não-formais ou informais. Mas, como não há provas específicas para verificar esta aprendizagem, o processo pode passar despercebido. Como diz Gaspar (2002):

“Se houvesse uma aula para ensinar às crianças o conceito de árvore, seguida de uma prova para verificar se elas o aprenderam corretamente, por exemplo, esse processo ficaria evidente (p.180).

Já Azzi e Polydoro (2009 *apud* SCHLOCHAUER, 2012) destacam que, de acordo com o conceito de aprendizado social, o desenvolvimento do indivíduo ocorre no momento em que ele se relaciona com o ambiente, transformando-o e sendo por ele transformado, algo semelhante ao construtivismo de Piaget. Assim, há uma interação bidirecional entre o comportamento humano, fatores pessoais e fatores ambientes, que criam uma reciprocidade entre si. O comportamento gera uma ação que altera e informa o ambiente e os fatores pessoais (eventos cognitivos, afetivos e biológicos), que, por sua vez, alteram o comportamento futuro.

Segundo Falk (2002), a maior descoberta dos últimos tempos é que, apesar do processo de aprendizado geral ser comparável em todos os humanos, o produto do aprendizado não o é – é um evento individual, idiossincrático. A essência do aprendizado é a habilidade de combinar a experiência do passado com o momento presente, com o objetivo de significativamente entender e, num grau seguinte, prever e controlar o futuro.

O aprendizado seria mais um processo e não um fim em si. É a forma como os conhecimentos presentes no cérebro se interconectam cumulativamente e têm um caminho ímpar para cada indivíduo. Por isso nem todos absorvem o conhecimento passado através de um City Tour, em que um guia vai explicando os atrativos pelo caminho; assim como nem sempre viajar por conta própria, usando a visita autoguiada nos museus ou os ônibus turísticos *hop-on hop off* são suficientes para outros viajantes. As possibilidades de aprendizado são inúmeras, mas é preciso encontrar aquela que mais se adequa a cada indivíduo.

Pesquisadores ligados ao aprendizado constataram que a mente humana “constrói significado”. Em outras palavras, todo o conhecimento humano – de fato, todas as memórias – não são permanentes, o todo representa a mente. Todo o nosso conhecimento e a nossa experiência ficam armazenados na forma de pedaços e peças, que estão distribuídos pelo nosso cérebro. Desta forma, quando nos lembramos de um fato, nada mais é do que a junção de diversos pedaços e peças em nosso cérebro. Assim, o conhecimento de mundo que um indivíduo constrói está, de forma virtual, fortemente conectado com o contexto social, cultural e físico em que foi elaborado (Falk, 2002).

Pedagogicamente, o fato de aprender pela experiência tem como epistemologia e metodologia a possibilidade de propiciar condições para que o indivíduo se construa socialmente como um ser com visão e poder de intervenção diferencial, ou seja, que tenha a capacidade de construir a leitura do todo, assim como possa analisar as partes. (Manhães, 2011).

Manhães (2011) afirma, ainda, que a motivação é a energia psicofísica que permite que o indivíduo siga em busca de atingir um objetivo. Assim, o nível de motivação pode ser o diferencial para que o indivíduo aprenda ou busque aprender algo. Há diversos exemplos no dia a dia de pessoas que desistem de estudar ou de entender um conceito simplesmente porque não se sentem motivadas a continuar. Seja porque não compreendem o seu significado e/ou funcionamento, seja porque não vêm a razão para estudar determinado conteúdo, estar motivado torna qualquer aprendizado mais significativo e efetivo.

A educação informal como ferramenta de aprendizado é de fundamental importância, uma vez que auxilia no processo de reflexão e pensamento, traz autonomia e faz com que se tenha uma compreensão mais holística das ideias e traz conscientização, além de permitir ver que há certos conceitos que não são exatos, mas que podem e devem estar relacionados a outros, não podendo classifica-los cartesianamente (MacManus, 2013).

Independentemente de qual tipo de educação se esteja tratando, é importante frisar que não existe um método certo ou errado. Cada tipo de educação é mais eficiente para determinado indivíduo e é preciso vivenciar para saber qual

deles é o mais adequado para cada pessoa. Ou, ainda, é possível combinar os diferentes tipos, para que possam trabalhar em conjunto, complementando suas atividades e desenvolvendo diferentes habilidades e campos do aprendizado. Como Brandão (1998) diz, num diálogo entre o colonizador e o índio:

“[...] Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração. Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa.

...Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou conselheiros.” (BRANDÃO, 1998, pp. 18-19).

### c. Desafios

A educação, atualmente, passa por um período de crise e necessidade de mudanças em todo o mundo. Cada vez mais, se está percebendo que o que é ensinado dentro da sala de aula não condiz com o que será enfrentado no mercado de trabalho e até em situações do cotidiano.

Diversas conferências, simpósios, palestras, workshops e diversos documentos, que são frutos destes eventos, assim como de pesquisas e experiências de diversos cientistas e pensadores, possibilitam ver que, há anos, se buscam mudanças nos paradigmas educacionais e apontam que a educação não está somente na sala de aula.

Em 1990, a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos* proporcionou contribuições à abertura de novos horizontes para a educação, que pudessem ser

aprofundados. Da Conferência foi criada uma Declaração com os seguintes princípios:

- A educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional;
- A educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social;
- O conhecimento tradicional e o patrimônio cultural têm utilidade e valor próprios, assim como a capacidade de definir e promover o desenvolvimento;
- Em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível;
- Uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo; e
- Reconhecer a necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras uma visão abrangente da educação básica e um renovado compromisso a favor dela, para enfrentar a amplitude e a complexidade do desafio (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990 *apud* OLIVEIRA, 2007, pp. 35-36).

Assim, o documento postula que a educação é de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida da população, para o progresso pessoal e social, os diversos tipos de educação têm cada um a sua importância, e que a educação básica deve ser melhorada, além da necessidade de haver uma ampliação no seu acesso, para que mais pessoas tenham consciência de sua importância, assim como possam se comprometer com o desafio de sempre aprimorá-la.

Em 1996, foi publicado um relatório, para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Comissão Internacional

sobre Educação para o século XXI. Neste documento, constam *Os Quatro Pilares da Educação*, a base da educação ao longo da vida, que são: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Aprender a conhecer – este pressuposto parte do princípio que o acesso à cultura em geral, somado ao estudo de alguns assuntos em profundidade, permitem aprender a apreender, ou seja, saber como aproveitar as oportunidades de aprendizado que eventualmente surjam; aprender a fazer – adquirir competências profissionais e habilidades emocionais, como enfrentar diversas situações cotidianas, além de aprender a trabalhar em equipe – e o aprendizado deve ser preferencialmente alternando estudo e trabalho; aprender a ser – desenvolver as personalidades e as aptidões, para ter cada vez mais autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal, e a educação deve levar em conta cada uma das potencialidades do indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas e aptidão para se comunicar.

Desta forma, estes quatro pilares demonstram habilidades e conhecimentos que frequentemente podem ser desenvolvidos através de atividades ligadas à educação não-formal e/ou à informal. A educação formal pode estar relacionada mais aos dois primeiros itens [aprender a conhecer e aprender a fazer], mas os dois itens seguintes [aprender a conviver e aprender a ser] se conectam a ações de convívio familiar, compartilhamento de informações entre amigos, realização de viagens etc.

Além destes dois documentos, já em 1999, Edgar Morin foi convidado, pela UNESCO, a escrever um documento contendo itens que fossem necessários à educação do século XXI – desta forma nasceu *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. Os sete saberes são: o conhecimento; o conhecimento pertinente; a identidade humana; a compreensão humana; a incerteza; a condição planetária; e a antro-po-ética.

O conhecimento, segundo Morin, é um saber necessário, uma vez que é preciso saber exatamente o que é conhecimento e ir em busca da realidade, e não se deixar levar somente por uma ideia, ou seja, é necessário buscar o conhecimento, para não se iludir com pressupostos equivocados; o conhecimento

pertinente se refere à capacidade de colocar o conhecimento em seu devido contexto; a identidade humana trata da necessidade de nos identificarmos como parte da mesma espécie e parte de uma sociedade, mas, concomitantemente, saber que a sociedade também é parte de nós – sem nós, ela não existe; a compreensão humana diz respeito à necessidade de desenvolvermos a empatia e a compaixão entre os indivíduos; a incerteza é um saber que possibilita contar com o surgimento do inesperado e em como lidar e estimular a coragem para lidar com ele. A condição planetária fala da urgência de tratarmos as ações locais como impactantes do ponto de vista planetário – a globalização permitiu a interconexão entre as nações, mas isso possibilita não só benefícios, mas pode facilitar a transmissão de catástrofes, ameaças nucleares e nacionalismos acentuados; e a antro-po-ética se refere à necessidade do ser humano desenvolver, ao mesmo tempo, a ética e a autonomia pessoal, além de desenvolver a participação social.

Estes três documentos citados neste trabalho relatam a necessidade urgente de transformar a educação, que ultrapassa os planos da sala de aula. Tristão (2011) afirma que o aumento da expectativa de vida, as mudanças tecnológicas, econômicas e sociais exigem que a educação e a aprendizagem sejam um processo permanente vinculado à melhoria das condições de vida dos indivíduos e das comunidades.

Esta discussão sobre a educação e os seus tipos, além dos desafios para este campo de estudo serão cruciais para a compreensão do objeto de estudo deste trabalho: o programa de turismo social do SESC. No próximo capítulo contaremos mais sobre este programa e sobre como realiza o entrelaçamento de conceitos de turismo social e educação não-formal e informal.

### 3) SESC: as viagens e a educação informal

#### a. Trajetória

O SESC (Serviço Social do Comércio) é uma entidade privada mantida pelos empresários do comércio de bens e serviços, que visa proporcionar e manter o bem estar do comerciário, sua família e da sociedade (SESC, 2014). No início de sua criação, em 1945, seu objetivo primordial estava ligado à democratização do acesso ao lazer para a população como um todo, como alternativa para a desigualdade que aumentava com o processo de urbanização (ALMEIDA, 2006).

Dentre os serviços oferecidos estavam não só atividades de lazer, como teatro, música, dança, artes visuais e recreação, mas também questões ligadas à saúde: assistência odontológica, alimentação, segurança alimentar, educação em saúde e desenvolvimento infanto-juvenil (SESC, 2014).

Em 1948, foi inaugurada a Colônia de Férias Ruy Fonseca (atualmente conhecida como SESC Bertioga), localizada no litoral norte de São Paulo. Esta iniciativa – a pioneira no Brasil – serviu de modelo para diversos equipamentos de lazer que foram sendo criados, ao longo do tempo, por todo o país. Seu maior mérito está em inserir a questão do tempo livre e do lazer de férias na vida do trabalhador, que era um assunto pouco enfatizado como primordial na manutenção do bem estar e desenvolvimento social e cultural dos indivíduos (SESC, 2007).

Sua ação foi ampliada ainda mais significativamente a partir 1951, quando ocorreu a I Conferência de técnicos do Sesc, e as atividades de lazer foram realmente priorizadas em detrimento aos serviços de saúde – que não deixaram de ser oferecidos (CHEIBUB, 2012). Desde então se iniciaram as atividades de turismo social emissivo, e o SESC SP firmou parceria com diversos equipamentos hoteleiros, inclusive com colônias de férias do próprio SESC, que acabavam de ser inauguradas em outros estados.

Em 1979, iniciou-se um processo de repaginamento do programa de turismo social do SESC, uma vez que a entidade não queria somente reproduzir o que era feito pelo turismo convencional (ALMEIDA, 2006) assim como não ser somente um antídoto ao trabalho, como uma evasão permitida (SESC, 2007).

Buscava-se o desenvolvimento de um novo turismo que pudesse abarcar os princípios norteadores do SESC – utilização do período de descanso para recuperação psicossomática através da participação em atividades com diferentes programações socioculturais, como a divulgação de aspectos históricos e características socioeconômicas dos lugares visitados; atuar como motivador de atividades, inclusive financeiramente, através de programas economicamente acessíveis, que possibilitassem a participação do maior número de clientes, além de desenvolver atividades que favorecessem o espírito social e o desenvolvimento do bem-estar (SESC, 2007).

Além disso, este turismo deveria se basear nos termos da Carta de Viena – ou Carta do Turismo Social, elaborada em 1972, pelo BITS (Birô Internacional de Turismo Social, hoje representando pela OITS), que declara o turismo como parte integrante da vida social contemporânea e o acesso ao turismo como direito inalienável do indivíduo (FALCÃO, 2006).

Assim, se desenvolve este novo programa de turismo social do SESC, com excursões primeiramente a Ouro Preto (MG), Araruama (RJ) e Mendes (RJ), utilizando equipamentos alternativos da comunidade, como instituições religiosas e conventos. Com o bom andamento do programa, outros estados também passaram a adotar a iniciativa, auxiliando, inclusive, na redução da ociosidade dos meios de hospedagem do próprio SESC (FALCÃO, 2006).

Em 1980, o SESC São Paulo passa a integrar o BITS, sendo a primeira organização das Américas a fazê-lo e, em 1996, passa a adotar a Declaração de Montreal, que atualizou a Carta de Viena, introduzindo conceitos como a igualdade e um olhar mais solidário sobre as comunidades receptoras (SESC, 2007).

Assim, neste momento se inicia um movimento que ainda visava a inclusão dos trabalhadores do comércio de bens e serviços, mas também setores da sociedade que, do ponto de vista do turismo, eram de certa forma marginalizados. Começam a se desenvolver atividades voltadas para crianças, estudantes do ensino fundamental e médio, passeio entre pais e filhos para experimentações entre gerações, assim como passeios para pessoas com necessidades especiais.

Além disso, ainda dentro da repaginação do programa de turismo social, o SESC passa a olhar mais para as comunidades anfitriãs, iniciando um trabalho de estreitamento de relações, seja como fornecedoras de serviços (como guias de turismo ou no fornecimento de serviços de alimentação, por exemplo), seja como compartilhamento de vivências. Em alguns passeios, os autóctones passaram a ser convidados para demonstrar um conhecimento tradicional, como forma de valorização da cultura local tanto pelos que visitam a comunidade, quanto por aqueles que a compartilham, o que possibilita o desenvolvimento de um sentimento de orgulho e hospitalidade.

Por ser referência no setor de turismo social, o SESC integra o Conselho Administrativo do OITS Américas, assim como participa ativamente de grupos de trabalho (como o Grupo Técnico Temático de Turismo Social do MTur), da Câmara Empresarial do Turismo da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio) e de Conselhos Municipais de Turismo de diversas cidades (SESC, 2007).

Em 2014, sediou a 26ª edição do Congresso Mundial de Turismo Social, organizado pela OITS, realizado pela primeira vez na América do Sul, contou com a presença de diversos especialistas no assunto, que puderam dialogar quanto a estratégias para o desenvolvimento integral dos atores do turismo social, assim como a luta contra a pobreza, a exploração, a discriminação e a desigualdade (SESC, 2014).

## b. Filosofia

O programa de turismo social do SESC foi desenvolvido baseado na filosofia das demais atividades já desenvolvidas pela organização: a ideia da educação permanente, através, num primeiro momento, da democratização do acesso ao turismo. E, num segundo momento, não só no acesso ou no destino que se pretende visitar, mas no objetivo que se busca através da atividade turística.

Dentre as diversas definições de turismo social existentes internacionalmente, o programa de turismo social do SESC adotou cinco princípios norteadores para suas viagens, que são: “a democratização do acesso à atividade turística, o desenvolvimento

social dos participantes, a educação pelo turismo, a educação para o turismo e a operacionalização ética e sustentável” (SESC, 2007).

A democratização do acesso à atividade turística vem ao encontro da ideia de permitir que as pessoas que não podem ter acesso ao turismo por meio do turismo convencional, possam participar destas atividades desenvolvidas pelo SESC. No início do programa de turismo social, o acesso estava focado nas pessoas de renda mais modesta, mas, atualmente, o programa objetiva permitir que o turismo seja para todos, abrangendo: pessoas com necessidades especiais, crianças, jovens, idosos, pessoas que vivem sozinhas, minorias étnicas etc. (SESC, 2007).

O programa de turismo social do SESC é um meio para despertar a consciência social, ecológica e histórica de todos os atores envolvidos na atividade, uma vez que o acesso universal não só busca permitir que os visitantes desfrutem dos locais aos quais estão viajando, mas que percebam a dinâmica da atividade, que envolve outros viajantes, autóctones, empresas que fazem parte da infraestrutura turística, assim como o próprio SESC.

Deste ponto, parte-se para o segundo princípio no qual se baseia o programa de turismo social do SESC: o protagonismo dos participantes. Quando o viajante se encontra com o outro, busca-se desenvolver uma relação entre iguais, através do processo educativo proporcionado pela viagem. Todos os atores fazem parte da dinâmica da viagem e a troca de conhecimentos, experiências e vivências permitem que se criem elos, nos quais não se estabelece uma hierarquia, mas a valorização do próximo, colocando o ser humano em primeiro lugar (SESC, 2007).

Assim, durante as atividades, os participantes são estimulados a encontrar um novo mundo: dialogar com outras culturas, interagir com os habitantes dos locais visitados, conhecer também aqueles que estão no grupo de viagem, conhecer e vivenciar as tradições e a cultura locais, sempre de forma consciente (SESC, 2014).

Mas o que deu ao programa o caráter inovador foi pensar no turismo como ferramenta de educação informal. A educação, como já dito anteriormente, é o ato de criar ideias e crenças, envolvendo a troca de símbolos e bens, o que torna a atividade turística um exemplo importante no processo de formação dos indivíduos, no que se refere à educação informal.

O programa de turismo social do SESC acredita que o acesso é de extrema importância, mas a forma como é feito é que faz a diferença. Os visitantes são, assim, orientados quanto às ações programadas para o encontro com “o conhecimento, a alteridade e a diversidade”.

As vivências são entendidas como momentos de compartilhamento de conhecimentos, ainda que indiretos. Os participantes observam os locais pelos quais passam, ouvem o que o guia e/ou o que seus companheiros de viagem falam, conversam com a comunidade receptora, interagem com o meio, e, assim, num processo de aprendizado e apreensão de ideias, o visitante é estimulado a captá-las e fazer a leitura do mundo e contribuir com esta vivência, inclusive ao adquirir consciência sobre a importância de se conservar aquilo que experiencia no momento – é a educação pelo turismo.

O SESC busca, também, ter cautela na abordagem de minorias ou populações tradicionais, quando estes fazem parte do “atrativo” do local visitado. Busca-se realizar um turismo ético e responsável, evitando a folclorização através da exposição e banalização das atividades culturais. Como o programa visa a valorização do ser humano, ocorre um trabalho cuidadoso e um diálogo com a comunidade autóctone, para não descaracterizar a cultura local.

Outro alicerce do programa de turismo social do SESC é a educação para o turismo. Este conceito está pautado na transformação da vivência durante a viagem como formação do indivíduo para o ato de viajar (que muitas vezes não é comum para este público), de forma que possa usufruí-la de maneira consciente e harmoniosa, desenvolvendo a vontade de viajar cada vez mais e buscando viagens que tenham qualidade operacional.

E o quinto conceito-base do turismo social do SESC está na operacionalização ética e sustentável do turismo. As atividades desenvolvidas pela organização buscam trazer a maior satisfação possível a todos os envolvidos na viagem, mas que não traga inconvenientes, sobretudo, ecológicos e sociais. Dentre as ações de sustentabilidade da organização podem-se citar as dicas dadas nos livretos de divulgação das atividades de turismo social do bimestre. Dentre as dicas estão: “viaje sem pressa”, no qual se aconselha vivenciar a rotina local, observar os lugares com cuidado, conversar com os

moradores locais e aproveitar a viagem em busca de qualidade e não necessariamente de quantidade; “viaje com sua caneca”: fala-se da vantagem ecológica de se utilizar canecas em vez de copos plásticos, uma vez que estes são produzidos com petróleo, consomem mais água do que a utilizada para lavar uma caneca e leva mais de 200 anos para se decompor, além da reciclagem ser economicamente inviável; e também há uma dica quanto a dispensar sacolas plásticas, por motivo semelhante ao anterior.

Desta forma, é possível dizer que as viagens do programa de turismo social do SESC desenvolvem um processo educativo mais amplo, com compartilhamento de experiências e criação de novas relações. Além disso, observa-se que conceitos presentes nos documentos citados no capítulo anterior podem ser aplicados às viagens realizadas pelo SESC.

A *Conferência Mundial sobre a Educação* pontua que é preciso desenvolver um mundo que favoreça o progresso social, econômico e material, com tolerância e cooperação internacional. O programa de turismo social do SESC promove o desenvolvimento, trabalha a questão da tolerância, do olhar o outro como um semelhante e da importância de respeitar a cultura do próximo.

*Os Quatro Pilares da Educação* [aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser] também tratam de questões que podem ser relacionadas com o turismo, principalmente no que se refere aos dois últimos itens, uma vez que o turismo social incentiva o desenvolvimento de conviver com as diferenças, de vivenciar a rotina do outro, para desenvolver um sentimento de empatia; além disso, também se busca o “aprender a ser”, com a descoberta de potencialidades do indivíduo e o desenvolvimento de sua autonomia.

E, finalmente, *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, dos quais podemos citar: conhecimento pertinente, identidade humana, compreensão humana, condição planetária e antro-po-ética. Cada um destes itens podem ser desenvolvidos durante as viagens de turismo social, já que a troca de conhecimentos possibilita a apreensão de ideias, que podem ser relacionadas com o conhecimento prévio do indivíduo [conhecimento pertinente]; o trabalho com a ideia de valorizar cada um dos atores de forma igual [identidade humana]; a necessidade de enxergar o outro a partir do ponto de vista dele [compreensão humana]; a importância e urgência de tratar da

sustentabilidade dos locais visitados e de seus recursos [condição planetária] e o respeito ao próximo, como parte integrante da sociedade [antropo-ética].

Assim, pode se dizer que as viagens possibilitam a visualização do mundo de uma maneira mais ampla, dão a possibilidade de analisar as partes desse todo, além de motivar o aprendizado de uma maneira diferente – usando a educação informal – empoderando o indivíduo para que possua cada vez mais autonomia e tenha a consciência de que a educação é o caminho para o desenvolvimento.

### c. Programas / atividades / público

O programa de turismo social do SESC, na realidade, conta com diversas iniciativas, como: hospedagem social no Centro de Férias SESC Bertioga; turismo social receptivo no Centro de Férias SESC Bertioga (com a possibilidade de desfrutar das instalações e programação de recreação e lazer, além de fazer passeios, trilhas e vivências); passeio de um dia para destinos regionais, atividades especiais, que não necessitam de deslocamentos espaciais, mas cujo tema gerador são viagens e turismo (oficinas, cursos, conferências etc.); e turismo social emissivo, na modalidade de excursões rodoviárias para diversos destinos nacionais.

Neste trabalho, será detalhado, em especial, o programa de turismo social emissivo, uma vez que trata de forma mais ampla os conceitos de turismo social aqui citados, pressupõe o pernoite numa localidade, com a possibilidade de contato com autóctones, e isto não ocorre necessariamente no caso do turismo social realizado no SESC Bertioga ou nos passeios de um dia para destinos regionais.

As viagens de turismo emissivo feitas pelo programa de turismo social do SESC contam com itens para desenvolver o produto, como forma de entregar um serviço de qualidade ao seu público. Para garantir este resultado, são realizados treinamentos periódicos dos guias de turismo (obrigatoriamente credenciados junto ao Ministério do Turismo) com cursos e treinamentos e intercâmbio de informações, além do incentivo à leitura constante (Almeida, 2006).

Além disso, segundo Hirao (2014), coordenadora do programa de turismo social do SESC, sempre há treinamento com as Unidades do SESC, para padronização e atualização técnica operacional com, no mínimo, um treinamento por ano. A

coordenadora também frisa que os roteiros não têm um prazo para deixar de fazer parte da lista do SESC, mas passam por constantes avaliações e atualizações.

Todos os roteiros contam com seguro (de acidentes pessoais, despesas médico-hospitalares e odontológicas) incluso, além do transporte rodoviário de ida e volta a partir da Unidade do SESC que está promovendo a viagem. Em alguns casos, pode incluir refeições e ingressos de entrada em atrativos. As acomodações variam de quarto individual, duplo ou triplo, mas em alguns casos as opções são mais restritas, uma vez que algumas acomodações são alternativas.

O pagamento das viagens também é acessível. O valor total pode ser parcelado em até 8 vezes, sem juros, mensais e consecutivas, com valor mínimo de R\$ 30,00 por parcela (SESC, 2014). Para o cálculo do valor da viagem, os custos diretos são repassados aos participantes e o restante (despesas com pessoal e serviços ou material empregado para sua realização etc.) é absorvido pelo SESC (SESC, 2007).

A quantidade de participantes depende do roteiro, mas normalmente as viagens contam ou com 20 ou com 40 vagas. Para o público com necessidade especiais, os acompanhantes têm isenção no valor da inscrição. Para a hospedagem deste público, Hirao (2014) diz que há preferência por meios de hospedagem que sejam adaptados, uma vez que há um atendimento significativo de idosos, mas há equipamentos que ainda não estão completamente preparados para receber este público.

Quanto ao público real da demanda pelas viagens do SESC, durante a realização deste trabalho os dados da última pesquisa feita pelo SESC estavam sendo computados. Entretanto, pode-se dizer que as classes C, D e E além das pessoas com necessidades especiais são públicos potenciais para estas viagens, como mostram as pesquisas de demanda com estes públicos, detalhada no primeiro capítulo deste trabalho.

Naquelas pesquisas, foi mostrado que seus públicos viajam majoritariamente em grupos, têm a curiosidade de conhecer atrativos locais (mesmo tendo a motivação “visitar amigos e parentes” como majoritária) e buscam destinos mais próximos de suas residências.

A divulgação do programa de turismo social do SESC para este público seria uma possível forma de introduzir este público, que tende a viagens de massa, ao

turismo social. Desta forma, seria possível mostrar que as viagens organizadas por terceiros, no caso o SESC, podem ser acessíveis economicamente, já que este público tem o hábito de organizar as viagens por conta própria. E para os participantes com necessidades especiais, especificamente, a infraestrutura para acessibilidade precisa ser cada vez mais aprimorada.

As viagens de turismo emissivo do SESC possuem duas categorias diferentes: “excursões” e viagens “brasileiro que nem eu”. As duas possuem a característica de realizarem pernoite (duas ou três noites) na localidade, com a diferença que as viagens do “brasileiro que nem eu” realizam roteiros mais voltados a questões históricas e/ou étnicas, com vivências em comunidades locais, como é o caso de comunidades quilombolas e ribeirinhas.

Os roteiros são planejados com itinerários repletos de atividades nas quais há contato entre todos os participantes, mas, principalmente, quanto à interação com os moradores da comunidade visitada (Anexo). E para que este trabalho possa ser feito, em alguns roteiros é feita uma preparação dos viajantes antes mesmo de se iniciar a viagem. No caso do roteiro: “Quilombos do Ribeira”, por exemplo, há uma roda de conversa com a agência que fará a operação do passeio, cerca de dez dias antes do seu início.

Além disso, quando o participante se inscreve, recebe um material de mediação, no qual os participantes podem obter mais informações sobre a localidade, sobre a sua formação, além de terem questões para reflexão, que de certa forma trabalham a questão da educação informal.

Este material coloca questões como a necessidade de pegar uma balsa e utilizar uma estrada de terra para chegar à comunidade quilombola e, assim, se pergunta quais seriam as prioridades do viajante, caso vivesse nesta comunidade. Observa-se aí o trabalho de desenvolvimento do olhar empático através do conhecer o outro de igual para igual (figura 1).

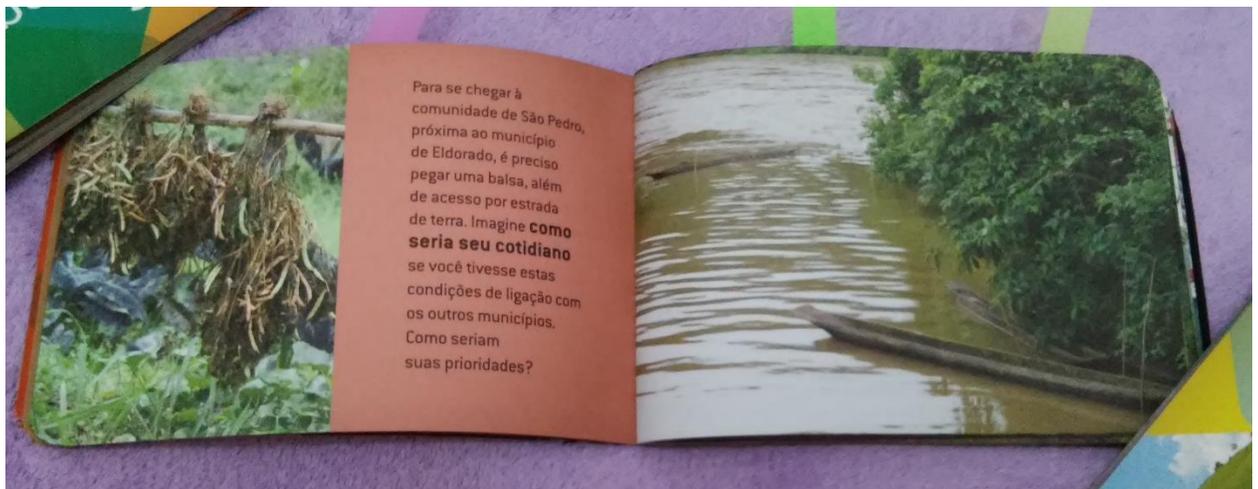


Figura 1: A questão da empatia no material de mediação do SESC  
Fonte: arquivo pessoal

O material de mediação trata também da questão das janelas das casas mostrarem a forma como vivemos e convida o viajante a observar as janelas das moradias que então visitariam. Nota-se aí a exploração do olhar com calma, com detalhe, ver por outro ângulo aquilo que pode nos passar despercebido no dia a dia – a vista que temos de onde moramos e como é a vista que o outro tem também (figura 2).



Figura 2: a questão do olhar o detalhe no material de mediação do SESC  
Fonte: acervo pessoal

As viagens, de modo geral, contam com atividades que mesclam ou alternam atividades culturais e contato com a natureza, explorando pontos de norte a sul do país, que tenham atrativos que valorizem a localidade.

Para a avaliação dos programas o SESC não trabalha com uma só forma de mensuração. Trabalha com um opinário de viagens como um instrumental. Além disso, todos os guias preenchem relatórios de viagens, em que os mais diversos quesitos são avaliados, de acordo com Hirao (2014).

No material institucional do SESC (2007), foi possível encontrar um depoimento de uma participante das viagens do SESC:

“Dona Neusa Maria Martins estava aposentada e com 67 anos quando, no início de 1999, sua filha fez sua matrícula no SESC. “Estava em depressão, sozinha e desanimada”, lembra. Hoje, ninguém poderia dizer. “Não perco uma oportunidade de viajar e conhecer novos lugares. Eu renasci”, conta. Depois de muitos anos sem ir a um baile, ela adora dançar nas festas promovidas pelas colônias de Poços de Caldas e Bertioga, suas duas últimas excursões. “Cada viagem é uma descoberta e uma chance de fazer novos amigos”, diz. Empregada doméstica aposentada e natural do Rio de Janeiro, ela está há muito tempo em São Paulo, mas planeja retornar à sua terra natal em breve. “Quero passear em Copacabana, andar pelo calçadão e visitar o Pão de Açúcar. Vou voltar ao Rio, mas dessa vez a passeio”, brinca. Essa alegria tem futuro. “Quero muito ir à Caldas Novas também”, planeja e completa: “A carteirinha do SESC foi um presente maravilhoso que a minha filha me deu.”” (p. 19)

Assim, o aprendizado que se adquire nestas viagens não é necessariamente quantificável, uma vez que não se está falando de um aprendizado formal, no qual há avaliações e provas, mas sim, de um aprendizado informal, com resultados que podem ser observados a longo prazo. O aprendizado, como já citado, é um processo, que vai se construindo no decorrer do tempo e pode até ser comparado, mas o seu produto é sempre único, já que depende das experiências prévias do indivíduo. O trabalho como um todo demonstra que a associação do turismo social com princípios educacionais informais possibilita o desenvolvimento de habilidades e a descoberta de muitas outras, que não só motivam o viajante, mas também o incutem a consciência social, possibilitando uma visão muito mais ampla do processo de viajar e da viagem em si.

## Considerações Finais

Após a realização deste trabalho foi possível constatar que o turismo social é uma área de estudo a ser bastante desenvolvida ainda. Seu conceito foi se modificando com o passar do tempo, indo de instrumento de controle das massas para ferramenta de acesso ao turismo a todos os indivíduos.

Quanto aos benefícios do turismo social, observa-se que podem ser muitos, quando a atividade se desenvolve de maneira planejada e com diálogo entre todos os atores envolvidos. A questão da acessibilidade do turismo e a solidariedade com o próximo, o olhar para o outro como um par e não dentro de uma hierarquia, contribuem para que o turismo social possa ser bem executado.

O SESC, através do seu programa de turismo social, se mostra como um importante modelo a ser seguido e multiplicado por todo o território nacional, inclusive por outros setores, como o Estado e as organizações do terceiro setor. O apoio do Ministério do Turismo é essencial no que se refere à preparação do ambiente propício, através do desenvolvimento de políticas públicas.

Ainda que muito progresso já tenha sido feito, é importante frisar a necessidade de aumentar os esforços, para que cada vez mais pessoas tenham acesso ao turismo de qualidade, contando com o respaldo da pedagogia, para que também se possa desenvolver a sustentabilidade do turismo social, através da conscientização dos atores.

Observando a trajetória do turismo social, da educação informal e da educação não-formal, percebe-se que as três surgem como alternativas dentro de suas respectivas áreas. O Brasil, país com um dos maiores índices de desigualdade social do mundo e com índices educacionais que necessitam de melhorias urgentes, precisa buscar diversificar as formas de encontrar soluções para seus problemas.

Da mesma forma que o país tem dimensões continentais e, desta forma, uma diversidade cultural extremamente rica, o potencial para o crescimento das atividades do SESC com o turismo cultural, assim como diversas outras iniciativas, existe. A efetiva valorização de todo esse patrimônio através da educação dos indivíduos, para o turismo e pelo turismo, tornam o turismo social uma verdadeira alavanca para sua efetiva implantação.

O grande desafio é tornar o turismo social, cada vez mais e por mais pessoas, uma atividade conhecida, uma vez que o conhecimento e, conseqüentemente, o reconhecimento da sociedade quanto aos benefícios possíveis trazidos aos indivíduos como um todo pelo turismo social é bastante baixo. Além disso, as atividades que o SESC desenvolve existem primordialmente por conta dos subsídios, que auxiliam na absorção dos custos das viagens.

A questão do turismo social é se tornar uma atividade mais sustentável não só ambientalmente, mas economicamente também, em se tratando do seu desenvolvimento escalável, incluindo atores dos diversos setores da economia – o Estado, a iniciativa privada, as organizações do terceiro setor etc. – e fazendo da atividade um negócio social – no qual o turismo consciente possibilite a geração de renda para que as comunidades locais se desenvolvam e possam criar um ciclo virtuoso com o turismo social.

## Referências

- ALMEIDA, M. V. de. *Turismo Social: por uma Compreensão mais Adequada deste Fenômeno e sua Implicação Prática na Realidade Atual Brasileira*. 2001. 158p. Mestrado (Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Brasil.
- BIESDORF, R. K. O papel da educação formal e informal: educação da escola e na sociedade. *Itinerarius Reflectionis* – Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG, Jataí, v.1, n. 10, 2011.
- BRANDÃO, C. R. *O Que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 116 p.
- [http://www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/). Acessado em: 25/10/2014.
- BRASIL. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Turismo Social: Diálogos do Turismo – Uma Viagem de Inclusão*. Única edição. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. 360p.
- BRASIL. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Data Popular. *Classes C e D, Um novo mercado para o turismo brasileiro – Relatório Final – Análise de Dados da Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. Brasília: MTur, 2005. 130p.
- BRASIL. Ministério do Turismo, CP2 Pesquisas. *Turismo Acessível – Estudo do Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência – Documento Técnico – 2013*. Brasília: MTur, 2013. 66p.
- BUARQUE, C., *Turismo, Solidariedade e Inclusão*. In: *Turismo Social: Diálogos do Turismo – Uma Viagem de Inclusão*. Única edição. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. 360p.
- CHEIBUB, B. L., Reflexões Sobre o Turismo Social a Partir da História Institucional do Serviço Social do Comércio (SESC). Anais no VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. *Turismo e Paisagem: relação complexa*. 16 e 17 de novembro de 2012. UCS, 2012.
- CHEIBUB, B. L., Turismo social, lazer e inclusão: interfaces e reflexões a partir de um estudo crítico do Projeto Jovem Cidadão (SESC-RJ). Rio de Janeiro: 2011.
- FALCÃO, C. H. P., *Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade*. In: Carvalho, C. L. de (Org.); Barbosa, L. G. M (Org.). *Discussões e Propostas para o Turismo no Brasil: Observatório de Inovação do Turismo*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006. 288p.
- FALK, J. H. Travel and learning: a neglected tourism research area. *Annals of Tourism Research*. Great Britain, v. 39, n. 2, 2012.
- FAVERO, O. Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, 2012.

- FERNANDES, R. S.; GARCIA, V. A. Educação não-formal: campo de/em formação. *Revista Profissão Docente*. Uberaba, v. 5, n. 13, 2006
- FIGUEIREDO, S. L.; Ruschmann, D. V. de M., *Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas*. *Novos Cadernos NAEA*. v. 7, n. 1, p. 155-188, jun. 2004, ISSN 1516-6481
- FORPROEX (Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras). Plano nacional de extensão universitária: edição atualizada. Brasília, DF: Forproex / MEC/ SESu, 2000.
- GASPAR, A. A. Educação formal e a educação informal em ciências. *Ciência e Público – caminhos da divulgação científica no Brasil*. UFRJ, 2002.
- GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006.
- Hirao, S. Perguntas sobre o programa de turismo social. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [soniagoto@gmail.com](mailto:soniagoto@gmail.com) 28/10/2014.
- KRIPPENDORF, J., *Sociologia do Turismo – Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph. 2001.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e Pedagogos: inquietações e buscas. *Educar*, Curitiba, n. 17, 2001.
- MARTINS, G. de A. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. Editora Atlas, 2006.
- MCMANUS, P. M. *Educação em Museus: pesquisas e prática*. MARANDINO, M.; MONACO, L. (Orgs.). São Paulo: FEUSP, 2013.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. UNESCO, 1999.
- OLIVEIRA, C. G. de. *Educação não-formal de crianças e adolescentes – expectativas quanto ao programa de Núcleos Comunitários em Campinas, SP*. 2008. 175p. Mestrado (Faculdade de Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ORGANISATION INTERNATIONALE DE TOURISME SOCIAL (OITS). Disponível em: <http://www.oits-isto.org/>. Acesso em: 07/10/2014.
- RUA, M. das G., *Turismo e Políticas Públicas de Inclusão*. In: *Turismo Social: Diálogos do Turismo – Uma Viagem de Inclusão*. Única edição. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. 360p.
- SESC. Turismo Social no SESC SP: turismo para todos. 20p. 2007.
- SESC. *Serviço Social do Comércio*. 2014. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br>. Acessado em: 20/10/2014.

SCHLOCHAUER, C. Um estudo exploratório sobre a autodireção da aprendizagem em ambientes informais. 2012. 201p. Doutorado (Instituto de Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

TRILLA, J. *La educación fuera de la escuela*. Ambitos no formales y educación social. Ariel: Barcelona, 1993.

TRISTÃO, V. T. V. Educação ambiental não-formal: a experiência das organizações do terceiro setor. 2011. Doutorado (Faculdade de Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

UNESCO. Educação – Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. UNESCO. MEC. Cortez, 1996.

URRY, J. *O Olhar do Turista* – Lazer e viagens das sociedades contemporâneas. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 1999. São Paulo: Studio Nobel: SESC (Coleção Megalópolis). Acesso em: 09/10/2014.

ZAPATA, T. R.; ZAPATA, J. C., *Turismo, Valorização da Brasilidade e Construção do Capital Social*. In: *Turismo Social: Diálogos do Turismo – Uma Viagem de Inclusão*. Única edição. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. 360p.

## Anexo

### BRASILEIRO QUE NEM EU

Saiba como é viver numa comunidade diferente da sua e aprenda mais sobre hábitos e costumes de outros locais. Venha descobrir o Brasil convivendo com nossa gente e nossa cultura.

### CIRCUITO QUILOMBOLA

#### Quilombos do Vale do Ribeira

#### Eldorado (SP)

XX a XX/XX

#### Pensão Completa

#### XX/XX: XXXX / ELDORADO (SP)

Saída às Xh do SESC XXXX em ônibus padrão turismo, com serviço de bordo e acompanhamento de guia credenciado pelo Ministério do Turismo com destino a cidade de Eldorado. Chegada, acomodação e almoço na Comunidade de Ivaporunduva. Após almoço **(incluso)**, atividades na comunidade conduzidas pelos guias locais, caminhadas e visita à vila e ao bananal orgânico. Jantar **(incluso)** e, em seguida, roda de conversa com as lideranças comunitárias.

#### XX/XX: ELDORADO (SP)

Após café da manhã **(incluso)**, saída para atividades na Comunidade de Sapatu: trilha para Cachoeira do Meu Deus, considerada a mais bela pela Secretaria de Turismo do Estado. Após almoço **(lanche de trilha incluso)**, às margens da cachoeira, atividades na comunidade, café da tarde e conversa com moradores. Visita ao Centro Comunitário com exposição e comércio de artesanato. Apresentação de dança tradicional “Nhá Maruca”. Jantar **(incluso)**. Noite livre.

#### XX/XX: ELDORADO (SP)

Após o café da manhã **(incluso)**, visita à Caverna do Diabo com representantes da Comunidade André Lopes. Almoço **(incluso em restaurante comunitário)**, roda de conversa com moradores no Centro Comunitário e atividade tradicional “Tutuca de pilão”. Jantar **(incluso)** e em seguida, momento de confraternização embalado por violeiros.

## **XX/XX: ELDORADO (SP) / XXXX**

Após o café da manhã (**incluso**), atividades monitoradas na comunidade e caminhada pela Trilha do Ouro. Retorno para pousada. Almoço (**incluso em restaurante comunitário**) e início da viagem de retorno a cidade de origem.

### **Por que ir...**

- ❖ O Vale do Ribeira, localizado ao sul do estado de São Paulo, abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá.
- ❖ A região tornou-se, em 1999, uma das seis áreas brasileiras que passaram a ser consideradas, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura), como Patrimônio Natural da Humanidade. Contudo, não é apenas a riqueza natural que torna o Vale do Ribeira tão singular. A região congrega várias comunidades quilombolas remanescentes, índios, pescadores tradicionais e comunidades caiçaras.
- ❖ As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira estão, principalmente distribuídas nos municípios de Iporanga, Eldorado, Barra do Turvo, Cananéia, Iguape, Itaoca e Jacupiranga, possibilitando a todos que as visitam, interagir e vivenciar essa diversidade cultural.

### **Informações Gerais**

Para melhor aproveitar as atividades propostas neste roteiro, observe com atenção as recomendações abaixo:

- ❖ Use roupas e calçados confortáveis durante toda viagem;
- ❖ Leve toalha de praia, roupa de banho e um par de tênis e um extra (ou outro calçado apropriado para entrar na água);
- ❖ Leve boné / chapéu e filtro solar para se proteger do sol;
- ❖ Mantenha-se hidratado, tenha sempre com você uma garrafa de água;
- ❖ Use repelente.

### **Importante**

- ❖ Todos os participantes deverão apresentar carteira de identidade no momento de embarque.
- ❖ O documento de identidade deve ter data de emissão menor do que 10 anos.
- ❖ ***Leia atentamente as condições gerais da excursão.***